

27/02/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Impasse na UNB](#)

[Ministro refaz carta do Hino](#)

[Recuo na hora certa](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[O disparate do MEC](#)

[Eu me orgulho de não saber o hino](#)

[Cozinheiros pela educação](#)

[Governo tenta exercer o poder com mentira e desinformação](#)

[Mais realista...](#)

[Professor da USP elogia ditadura e alunos protestam](#)

[Ministro da Educação admite ter errado ao pedir que escolas filmem crianças cantando hino](#)

[Hino nacional nas escolas é medida repetida por governantes desde Vargas](#)

**SINAL AMARELO**

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Assim fica fácil](#)

[Enquanto Vélz investe em propaganda, MEC está parado](#)

[Vélz retira slogan, mas mantém vídeo](#)

**TRÊS PERGUNTAS PARA...**

[Vontade dos pais prevalece](#)

[Estados fazem críticas e chegam a vetar gravações](#)

[Educando Bolsonaroistas](#)

[Bombeiros e PMs querem regras próprias](#)

**NA SALA DE AULA, MAS COM A CABEÇA NA STARTUP**

**O GLOBO - RJ**

[MEC exorbita ao tentar usar escolas em propaganda](#)

[Ideia de Vélz ameaça liberdade e autonomia do ensino](#)

[Recuo pela metade](#)

[Em aula, professor da USP defende ditadura e ataca gays](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Vélz recua de pedido para uso de slogan de Bolsonaro](#)

[Secretários criticam MEC e MPF pede esclarecimento](#)

[Previdência militar irá como projeto de lei](#)

Imprensa Estadual

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[Pernambuco não seguirá carta do Hino](#)

**JORNAL DE BRASÍLIA - DF**

[Ricardo Vélz faz mea culpa](#)

**JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Novo serviço de Educação Especial e Inclusiva é instituído](#)

**MEIO NORTE - PI**

[Prefeituras aprovam reajuste para professores no Piauí](#)

Agências de notícias e sites

**PORTAL EXAME**

[Que fatores determinam a qualidade de mestrados e doutorados?](#)

[Como Mourão deixou os modos rudes de caserna para ganhar a opinião pública](#)

**TERRA**

# CLIPPING



[Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas interpreta Ernani Aguiar e Guinga em concerto gratuito no FMCB 6](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Aluno é obrigado a participar da execução do Hino Nacional? Tire suas dúvidas](#)  
[Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado, diz historiador](#)

## **G1**

[‘Fere autonomia das escolas’, diz governo do AP sobre pedido do MEC para filmar alunos cantando Hino Nacional](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[MPF pede explicação a ministro da Educação sobre carta para escolas](#)

## **PORTAL VEJA**

[Oposição pede condenação de Bolsonaro e ministro por carta a escolas](#)

## **R7**

[MPF pede explicação a ministro da Educação sobre carta para escolas](#)

## **TERRA**

[Aluno é obrigado a participar da execução do Hino Nacional? Tire suas dúvidas](#)  
[Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado, diz historiador](#)  
[Mourão defende investigação sobre vazamentos da Receita](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Sem internet, 30% das escolas do fundamental não podem enviar vídeo ao MEC](#)  
Redes Sociais

## **FACEBOOK**

[Research Gate mostra que pesquisador é o MAIS lido...](#)  
[Olá prezados colegas, vamos falar sobre DEPRESSÃO na pós-graduação?!](#)  
[Fiz a matrícula...](#)  
[PRORROGADO O PRAZO para submissão de trabalhos! ☐](#)

Imprensa Estadual

## **DCI - SP**

[Itaú Social e IEA criam projeto para educação básica de SP](#)

## **DIÁRIO DO NORDESTE - CE**

[Crateús recebe campus da Uece](#)

## **EXTRA - RJ**

[Governo manda filmar crianças em escolas](#)

## **FOLHA DE BOA VISTA - RR**

[UFRR terá projeto de ciências para mais de 120 alunas de RR](#)

## **GAZETA DO POVO - PR**

[MEC pede que escolas façam vídeos de crianças cantando o hino nacional](#)

## **JORNAL DE BRASÍLIA - DF**

[Com 550 mil vagas, Fies divulga resultado](#)

## **METRO-DF**

[E-mail. Em texto para abertura do ano letivo, ministro usa slogan da campanha de Bolsonaro à Presidência](#)

## **O LIBERAL - PA**

[MEC pede para que cantando o Hino](#)

[Política de defesa](#)

## **O TEMPO - MG**

[Pautas nocivas](#)

Agências de notícias e sites

## **ABC DO ABC**

[Univesp anuncia novas medidas para 2019](#)

## **EMBRAPA**

[Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro](#)

## **GRUPO CULTIVAR**

[Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro](#)

## **PÁGINA RURAL**

[SE : descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro, destaca Embrapa](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Governo de Pernambuco diz que não vai cumprir pedido do MEC sobre hino nacional](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Pedido do MEC para escolas gravarem crianças cantando Hino Nacional vira meme](#)

## **G1**

[Aproximadamente 15 mil alunos iniciam o ano letivo em São Carlos](#)

## **O DIA - RJ**

[Decisão do MEC fere autonomia dos colégios, diz órgão de secretários estaduais](#)

## **PORTAL EXAME**

["Ministro, contrate um assessor jurídico", diz Janaina sobre e-mail do MEC](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Decisão do MEC fere autonomia dos colégios, diz órgão de secretários estaduais](#)

["Ministro, contrate um assessor jurídico", diz Janaina sobre e-mail do MEC](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Ministro, contrate um assessor jurídico, diz Janaina sobre e-mail do MEC](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL**

### **Impasse na UNB**

Diante da presença do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, em audiência na Comissão de Educação do Senado, Izalci Lucas aproveitou para tratar sobre problemas da Universidade de Brasília. O senador tucano conseguiu falar com Vélez sobre o possível corte de gratificação dos servidores, o que pode levar a uma redução salarial de 26%. Mas a solução do imbróglio é difícil, já que o corte é decorrente de uma ação ajuizada pela própria União. O senador pleiteou também reajuste para bolsistas de pós-graduação da **Capes**.

Polêmica de Vélez repercute na Câmara

O polêmico pedido do Ministério da Educação para que escolas filmem alunos cantando o Hino Nacional repercutiu ontem na Câmara Legislativa. Em discurso, o distrital Reginaldo Veras (PDT) criticou a medida e sugeriu que professores, pais e gestores comecem a filmar os contracheques dos profissionais, as precárias instalações das escolas, a falta de merenda e de segurança. "O ministro da Educação se utiliza dessas medidas ridículas para encobrir que não tem política educacional e nem propostas para resolver os graves problemas da educação pública do país".

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

### **Ministro refaz carta do Hino**

**Ricardo Vélez Rodriguez diz que errou ao não pedir a autorização dos pais e ao colocar o slogan de campanha de Jair Bolsonaro em mensagem. Procuradoria-**



## **Geral da República exige explicações do chefe da pasta sobre o assunto em 24 horas**

Uma breve carta do Ministério da Educação (MEC) enviada às escolas por e-mail fez até a Procuradoria-Geral da República (PGR) exigir explicações do chefe da pasta, Ricardo Vélez Rodriguez, em 24 horas. O comunicado solicitava aos diretores para perfilar os alunos e gravarem as crianças cantando o Hino Nacional, sem exigir a autorização dos pais. Além disso, recomendava aos representantes das escolas lerem uma carta assinada por Vélez Rodriguez antes de os alunos cantarem. No fim do texto, era citado o slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos", fato criticado por ir na contramão do programa Escola sem Partido, uma das bandeiras do novo governo.

Pouco antes de participar de uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, do Senado, o ministro reconheceu o equívoco e contou ter corrigido a situação em outra carta, enviada na manhã de ontem para as escolas. "Percebi o erro e tirei essa parte (do slogan). Tirei a parte de filmar as crianças sem a autorização dos pais, evidentemente. Se alguma coisa for publicada, será dentro da lei, com autorização dos pais", afirmou. Durante a audiência, que durou quase quatro horas, Vélez destacou que haverá mudanças no modelo de alfabetização e na distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), assim como revisão dos projetos pedagógicos nos ensinos fundamental e médio.

Ao ser questionado pela senadora Eliziane Gama (PPS-MA) sobre a carta enviada às escolas, o ministro tentou minimizar o problema. "Cantar o Hino não é um constrangimento. É amor à pátria", disse. E reforçou que a obrigação da filmagem do aluno sem a autorização da família também "foi um erro". "Não constava, mas estava como algo implícito dentro da lei", afirmou Vélez Rodriguez. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi um dos mais críticos, e destacou que, além de ser contrário à legislação e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, era "um flagrante de crime de responsabilidade e de improbidade administrativa", pois feria o artigo 37 da Constituição, que determina dentre outros princípios da administração pública a impessoalidade.

### **Atropelo**

No meio acadêmico, as críticas proliferaram, não tanto pela questão do Hino, defendido por usuários das redes sociais. O conteúdo da carta e a forma atropelada como tudo foi feito, mesmo após o recuo do ministro, não foram poupados. "Temos problemas mais graves para serem resolvidos do que pedir para filmar a hora cívica. Não somos contra cantar o Hino e conhecer sobre os símbolos nacionais, mas, como foi feito, pareceu algo autoritário, mesmo que tenha voltado atrás. As escolas precisam de atenção em outras áreas. Aqui, temos escola técnica e dois laboratórios sucateados, antigos. Não dá para desenvolver novos aplicativos com um equipamento jurássico", destacou o diretor do Centro Educacional 01 do Cruzeiro, Getúlio Cruz.

O diretor de políticas educacionais do Movimento Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho, elogiou o recuo do ministro, mas destacou que a iniciativa gasta tempo e energia importantes para debater um tema secundário. Para ele, Vélez tocou em temas importantes na audiência do Senado, mas, no geral, falou muito pouco sobre mudanças no sistema. "Ele apresentou alguns enfoques positivos, como o fortalecimento da

alfabetização, a implementação da base curricular e um Fundeb mais redistributivo. O foco deve estar aí. Considerando a nossa situação, não temos tempo para perder. Temos que aproveitar o início de mandato para promover mudanças. É uma oportunidade única", alertou.

## Diálogo

Segundo Célio da Cunha, doutor em educação, ex-assessor especial da Unesco e professor da Universidade Católica de Brasília, a iniciativa do ministro preocupou a comunidade acadêmica, pois não houve diálogo com o Conselho Nacional de Educação e os conselhos regionais. "A postura traz ao debate questões ultrapassadas, como a educação moral e cívica. Há temas muito mais importantes, ligados à aprendizagem dos alunos, à participação dos pais na educação, à infraestrutura e à valorização dos docentes que deveriam estar na agenda da política brasileira em todas as instâncias", sugeriu.

Especialista em gestão de políticas públicas para a educação e professora da Universidade de Brasília (UnB), Carmenísia Jacobina Aires considerou a falha de Vélez Rodríguez "inconcebível". "O ministro prova, cada vez mais, que não entende de educação. É preciso cuidar da qualidade e do direito à educação. Vamos deixar o Hino para os professores", disparou. O ex-reitor e professor da Faculdade de Direito da UnB José Geraldo de Sousa Junior considera que o principal dano foi "na redução da confiança sob a competência gestora".

## Nas redes

No Brasil, a hashtag #HinoNacionalSim esteve entre os principais trend topics do Twitter. Diversos internautas se manifestaram a favor da solenidade nas escolas. O ato de cantar o Hino, porém, já é obrigatório, e consta na Lei nº 12.031, de 21 de setembro de 2009, que modifica o artigo 39 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. "Nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana", diz o texto.

## MP pede explicações a Vélez

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem até hoje para prestar esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre o e-mail enviado às escolas. Ele terá que dizer por que pediu que diretores lessem um texto que termina com o slogan da campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro e filmassem os alunos perfilados cantando o Hino Nacional. A convocação partiu da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em documento assinado pelo procurador Domingos Sávio Dresch da Silveira.

Posteriormente, o ministro enviou outra carta, sem o slogan de campanha, destacando que filmassem somente aqueles que tivessem autorização. Ainda assim, a polêmica permaneceu de pé. Silveira exigiu uma justificativa por escrito, que seja fundamentada em trechos da Constituição Federal. Dentre eles, o artigo 37, que determina que o governo tem o dever de obedecer aos princípios "de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

O promotor citou ainda o parágrafo primeiro do mesmo artigo, que afirma que "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos (...)"

não podem vir acompanhadas de "nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". Rodríguez terá que se basear também em vários trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Incluindo o artigo 17, que especifica que a criança e o adolescente têm direito ao respeito, que consiste "na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral", e abrange a preservação da imagem e da identidade de quem tem menos de 18 anos. Procurado para se posicionar sobre a convocação, o Ministério da Educação não retornou até o fechamento desta edição.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL**

### **Recuo na hora certa**

Fez bem o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, em recuar na sua orientação, repassada a todas as escolas do país, determinando que os alunos fossem filmados após ser perfilados para cantar o Hino Nacional - depois as gravações seriam encaminhadas ao Ministério da Educação (MEC). Isso demonstra que integrantes do alto escalão do governo federal mostram-se sensíveis à reação da sociedade, quando ocorrem solicitações governamentais que ferem os direitos garantidos pela legislação, como gravar filmes de crianças e adolescentes sem autorização expressa dos pais ou responsáveis reconhecidos pela Justiça.

Cultivar e promover os símbolos da República pode e deve ser estimulado, mas não usando expedientes que podem ser interpretados como atos autoritários. A promoção do patriotismo, dentro dos marcos constitucionais, é responsabilidade das autoridades, mas o autoritarismo não tem vez no Estado democrático de direito e a decisão sobre adotar o canto do hino brasileiro cabe, única e exclusivamente, ao corpo discente dos estabelecimentos de ensino. O Ministério da Educação (MEC), por sua vez, deveria, na verdade, se preocupar com a qualidade do ensino, considerado de péssima qualidade.

Na mensagem enviada aos diretores escolares, o ministro pede para que seja lida uma carta aos estudantes, professores e funcionários com o pedido de filmagem dos alunos perfilados cantando o hino, filmes que seriam enviados ao próprio MEC, o que pode ser considerado um inadmissível controle do Estado sobre o comportamento dos integrantes das escolas. Mais intrigante ainda é que o comunicado termina com o slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos."

As reações ao expediente utilizado pelo ministro Vélez Rodrigues foram imediatas. A começar pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Ele apontou ilegalidade na mensagem direcionada às crianças e adolescentes, por se apropriar da expressão difundida no processo eleitoral.

Mourão, general da reserva, não vê problemas com o incentivo à adoção do Hino Nacional nas escolas, o que era comum mesmo antes da instalação do regime militar em 1964. No entanto, disse ser ilegal o uso do slogan.

A medida também repercutiu mal nos meios acadêmicos. O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) foi incisivo na afirmação de que a ação do ministério não fere apenas a autonomia dos gestores dos estabelecimentos de ensino, mas os entes da Federação também. O órgão destacou que "o ambiente escolar deve ficar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária."



Os agentes públicos formuladores do processo educacional não devem, de forma alguma, estimular disputas ideológicas na educação. Até porque, uma das principais bandeiras do então candidato Jair Bolsonaro era a desideologização do ensino no Brasil. Os governos passados, principalmente os do Partido dos Trabalhadores (PT), foram acusados de aparelhar o sistema educacional. Então, o atual não pode cometer o mesmo erro. Seu dever é priorizar a aprendizagem para a formação de jovens capacitados a conduzir o país rumo ao futuro, dentro de um ambiente de liberdade sem restrições.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL**

### **O disparate do MEC**

#### **Após pedir a escolas que cantassem hino e repetissem slogan bolsonarista, ministro volta atrás**

O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão de competir, dia a dia, pela produção de estultices. Nessa acirrada contenda, que envolve áreas relevantes, o titular da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem merecido destaque.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/o-disparate-do-mec.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Eu me orgulho de não saber o hino**

#### **Nacionalismo, em doses baixas, pode ajudar, mas, em doses altas, torna-se produto tóxico**

Eu não sei cantar o Hino Nacional Brasileiro e tenho orgulho disso. Na hierarquia do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, isso provavelmente me coloca numa categoria não muito elevada de cidadãos, mas, como vivemos numa democracia, posso dar uma banana para os valores propugnados por qualquer autoridade e ficar com os meus.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2019/02/eu-me-orgulho-de-nao-saber-o-hino.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Cozinheiros pela educação**

#### **Merenda deve se tornar uma política de Estado**

Janaína Rueda

Há muitas maneiras de contar a história de um povo. A mais saborosa é por meio das receitas que constituem sua tradição e dão unidade à diversidade social que convive em um território. Outra interface do cozinhar é simbólica: preparar alimentos vai além da manutenção da saúde do corpo. Envolve aspectos intangíveis, como o afeto e o cuidado, elementos que a ancestralidade inscreveu no feminino.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/cozinheiros-pela-educacao.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Governo tenta exercer o poder com mentira e desinformação**

## **Ao tentar apagar bobagens com lorotas, Bolsonaro e auxiliares ofendem os próprios eleitores**

Alguns integrantes do governo querem exercer o poder com base na mentira. Depois de dizer à revista Veja que os brasileiros se comportam como canibais, o ministro Ricardo Vélez (Educação) primeiro alegou que suas palavras foram publicadas “fora de contexto”. Quando a gravação da entrevista foi divulgada, ele parou de enrolar e admitiu que foi “infeliz na declaração”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/02/governo-tenta-exercer-o-poder-com-mentira-e-desinformacao.shtml>

topo ↕

### **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL**

#### **Mais realista...**

Ricardo Vélez (Educação) tentou atender a um pedido de Jair Bolsonaro ao ordenar que crianças fossem filmadas cantando o hino após a leitura de carta que terminava com o slogan da campanha do presidente.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/02/27/apos-vazamento-de-dados-de-ministros-do-stf-e-do-stj-tcu-determina-auditoria-na-receita/>

topo ↕

### **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

#### **Professor da USP elogia ditadura e alunos protestam**

#### **Eduardo Lobo Botelho Gualazzi reiterou declarações feitas em 2014 em texto distribuído em sala**

Um texto com elogios à ditadura militar no Brasil distribuído em sala de aula pelo professor associado Eduardo Lobo Botelho Gualazzi está gerando protestos na Faculdade de Direito da USP.

Segundo alunos, ele entregou o documento na aula da disciplina "Direito Administrativo Interdisciplinar", na segunda (25). O Centro Acadêmico 11 de Agosto divulgou uma nota de repúdio às declarações em sua conta no Facebook.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/02/professor-da-usp-volta-a-elogiar-a-ditadura-em-sala-de-aula-e-estudantes-protestam.shtml>

topo ↕

### **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

#### **Ministro da Educação admite ter errado ao pedir que escolas filmem crianças cantando hino**

#### **Vélez disse que carta saiu de circulação e se recusou a dar mais explicações sobre polêmica**

Brasília e São Paulo

Apesar de ser uma iniciativa oficial do Ministério da Educação, a carta que orienta diretores de escolas a gravarem os alunos cantando o hino nacional, e ainda continha slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL), foi encaminhada às escolas sem nenhum respaldo das redes de ensino nem tampouco da área jurídica do governo.



Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/ministro-da-educacao-admite-ter-errado-ao-pedir-que-escolas-filmem-criancas-cantando-hino.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Hino nacional nas escolas é medida repetida por governantes desde Vargas  
Após MEC pedir para alunos serem filmados cantando, ministro assume erro mas mantém medida voluntária**

Rio de Janeiro

Antes do governo de Jair Bolsonaro (PSL) pedir a escolas que seus alunos cantassem o hino nacional — e fossem filmados, e os vídeos enviados ao governo—, as gestões de Getúlio Vargas (1936), Artur Costa e Silva (1968), Emílio Garrastazu Médici (1971) e Lula (2009) impuseram alguma medida para obrigar os estabelecimentos a tocar a melodia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/hino-nacional-nas-escolas-e-medida-repetida-por-governantes-desde-vargas.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO SINAL AMARELO

A OAB estuda a possibilidade de entrar com ações na Justiça pedindo a condenação do ministro da Educação, Ricardo Vélez, por improbidade administrativa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/02/usp-repudia-texto-de-professor-que-elogia-ditadura-e-diz-que-lgbts-sao-aberracao.shtml>

topo ↕

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO Assim fica fácil

Nenhum petista fez perguntas para o ministro da Educação, Ricardo Vélez, em audiência pública ontem no Senado. Na véspera, o MEC havia disparado e-mails pedindo para alunos lerem carta com o slogan do governo, conforme revelou o Estado.

topo ↕

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

**Enquanto Vélez investe em propaganda, MEC está parado**

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez passou três horas na Comissão de Educação do Senado no dia seguinte à divulgação de sua peça de propaganda política do governo que deveria ser lida nas escolas para gerar vídeos que seriam usados como peça de propaganda. Falou em volta do ensino de educação moral e cívica (rebatizada de educação para a cidadania), chamou ensino médio de segundo grau e demonstrou que olha a Educação pelo prisma da ideologia e da nostalgia. Enquanto isso, o MEC está parado. Em sua curta passagem pela pasta no governo Temer, Mendonça Filho promoveu avanços significativos. Foram aprovadas a reforma do ensino médio e a Base Comum Curricular, para ficar em duas medidas que representaram uma guinada não apenas retórica na política petista. Mas há metas a serem perseguidas: a formulação de currículos a partir da Base Comum, a expansão da rede de ensino médio em tempo integral e a expansão da rede de educação infantil.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Vélez retira slogan, mas mantém vídeo**

**Educação. Ministro muda texto remetido às escolas, tira ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos’, e sugere que gravações sejam autorizadas por responsáveis e feitas ‘voluntariamente’. Ministério Público cita 17 preceitos constitucionais e cobra explicação**

BRASÍLIA

Antes de depoimento no Senado, ministro da Educação, Vélez Rodriguez, admitiu que errou ao pôr o slogan da campanha de Bolsonaro em carta enviada a escolas. Nova mensagem propõe que escolas gravem alunos ao cantar Hino Nacional, desde que tenham autorização de pais ou responsáveis.

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu ontem que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria “de circulação” a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que “precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável”.

“Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais. Evidentemente se alguma coisa for publicada será dentro da lei, com a autorização dos pais”, disse brevemente a jornalistas antes de audiência no Senado. Ali, houve protesto de estudantes. “Cantar o Hino não é constrangimento, é amor à pátria. Slogan de campanha foi erro”, completou.

O comunicado do MEC foi revelado pelo [estadao.com.br](http://estadao.com.br). Estados já se posicionaram com críticas à medida e alguns avisaram que seus diretores não vão cumprir as recomendações (mais informações abaixo).

O Ministério Público Federal deu ontem prazo de 24 horas para que Vélez apresente justificativa para as cartas enviadas às escolas. O ofício cita 17 preceitos constitucionais e legais que seriam desrespeitados, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, com preservação da imagem. Também cita a Constituição, que diz que a publicidade dos atos não pode ter nada que caracterize promoção pessoal de autoridades.

As bancadas do PT e a do PSOL também entraram com representação no MPF contra o ministro. “A carta tem vários problemas, entre eles o abuso de poder, com constrangimento dos diretores de escola por alguém que tem cargo de chefia”, disse o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

Na carta anexa do novo email, além de ter sido retirado o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, o texto foi levemente modificado. Em vez de “vamos saudar o Brasil dos novos tempos”, diz somente “vamos saudar o Brasil”. O MEC manteve o pedido de que a carta fosse lida para os alunos durante a execução do Hino. Mas a segunda versão tem a palavra “voluntariamente”. Repercussão. Em nota em seu site, o Ministério da Educação afirmou que “será feita uma seleção das imagens com trechos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional para eventual uso institucional”.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor do Todos pela Educação, o recuo foi positivo, mas não minimiza a preocupação dos setores educacionais. “É mais uma sinalização de que o ministério continua focando em um tema que não tem urgência. Era de se esperar que, em dois meses à frente da pasta, já se tivesse apresentado os caminhos para enfrentar as reais dificuldades da educação brasileira.”

Na conta do Twitter do Escola Sem Partido, o recuo foi comemorado. O movimento havia comparado o uso do slogan com o “canteiro de sálvias em forma de estrela no jardim do Alvorada”, no governo Lula.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE TRÊS PERGUNTAS PARA...**

Boris Fausto, historiador, cientista político e integrante da Academia Brasileira de Ciências

1. Como o senhor analisa a carta enviada pelo ministro da Educação às escolas? O Brasil tem uma quantidade enorme de problemas educacionais, evasão, qualidade, formação de professores. Não faz o menor sentido um ministro da Educação, em vez de se preocupar com isso, lançar-se a encenações obscurantistas. É triste, lamento que tenhamos um ministro tão atrasado como o senhor Vélez.

2. Qual a sua opinião sobre cantar o Hino Nacional nas escolas?

O Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado. Tem de ser usado em situações solenes, até para valorizá-lo. O sentido patrioteiro agora, de propaganda, é o mesmo do regime militar. Ele não pode ser um instrumento partidário governamental na escola.

3. E como analisa o recuo do ministro?

É positivo, mas não é recuo nas convicções, é um recuo por pressão da imprensa, da sociedade. Do jeito que o ministério está, estamos regredindo um século.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE Vontade dos pais prevalece**

1. As escolas precisam cumprir os pedidos do MEC de cantar o Hino Nacional, ler a carta do ministro e filmar as crianças (ou algumas delas)?

Não. Todas as escolas do País, públicas e privadas, têm autonomia e podem decidir se vão ou não aceitar o pedido do MEC.

2. Meu filho é obrigado a participar da cerimônia de execução de Hino Nacional, se a escola quiser cumprir o pedido?

Não. Se o Hino não fizer parte do projeto pedagógico da escola, a criança não precisa participar, se essa for a vontade dos pais.

3. O que devo fazer se não quero que meu filho seja filmado?

As crianças e adolescentes só podem ser filmados com autorização dos pais, preferencialmente por escrito, e com a clara descrição de como e onde a imagem será



usada. Pais que não assinarem a autorização não deverão ter seus filhos filmados.

4. Se já dei uma autorização para escola de uso de imagem, quer dizer que o governo pode usar a gravação feita do meu filho?

Não. As autorizações em geral são para uso de comunicação da escola. Para serem usadas pelo governo, os pais precisam assinar uma declaração específica para esse uso, caso contrário podem processar a escola e o MEC.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Estados fazem críticas e chegam a vetar gravações**

### **Aliados destacam valor cívico e SP até admite comprar bandeiras, mas critica filmagem; ES pede que se ignore a iniciativa**

A maioria dos Estados divulgou notas ontem com críticas à mensagem do Ministério da Educação (MEC) e ressaltando a autonomia das escolas no País. São Paulo, cujo governador João Doria (PSDB) é aliado de Jair Bolsonaro, disse em nota que “considera primordial a valorização de símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, no âmbito das escolas estaduais” e ressaltou que bandeiras seriam distribuídas. Mas afirmou que usar a imagem do estudante sem autorização dos pais é “terminantemente proibido”. Ao se referir ao slogan de campanha, o texto da Secretaria da Educação afirmou que “o ambiente escolar deve ser preservado”.

Estados como Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte e Sergipe anunciaram que seus diretores não iriam cumprir o pedido do MEC. O Espírito Santo, cujo desempenho dos alunos do ensino médio é hoje o melhor do País, informou enfaticamente que “seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades desta Secretaria”. O governador Renato Casagrande é do PSB, um partido de oposição a Bolsonaro.

Estados cujos governadores são do PSL, como Rondônia e Santa Catarina, divulgaram notas vagas. “O hasteamento da Bandeira tem sido um procedimento em algumas escolas como hora cívica”, mencionou a nota da Secretaria de Educação de Rondônia. O texto divulgado por Santa Catarina não citou a mensagem do MEC e afirmou que “prima e zela pelo papel da escola, qual seja o de bem formar cidadãos e contribuir para melhoria da sociedade”.

A secretaria de Minas Gerais, mesmo tendo o governador Romeu Zema (Novo) declarado apoio a Bolsonaro, disse que a carta do MEC foi um pedido voluntário e “não será aplicada de imediato na rede estadual, até que os fatos sejam melhor esclarecidos”. A nota ressaltou ainda a autonomia das escolas.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **Educando Bolsonaristas**

MONICA DE BOLLE  
MONICA DE BOLLE ESCREVE ÀS QUARTAS-FEIRAS  
ECONOMISTA, PESQUISADORA DO PETERSON INSTITUTE FOR  
INTERNATIONAL ECONOMICS E PROFESSORA DA SAIS/JOHNS HOPKINS  
UNIVERSITY

A má comunicação do governo Bolsonaro e a desarticulação da base podem

comprometer seriamente a reforma.

Na semana passada, o governo apresentou uma boa proposta para a reforma da Previdência. Mais ambiciosa do que a de Temer para resolver os problemas de médio prazo das contas públicas, mais progressista do que a de Temer ao incluir alíquotas que aumentam de acordo com os salários, mais abrangente do que a de Temer ao incorporar Estados e municípios. Evidentemente, como em qualquer reforma dessa envergadura, há pontos para discussão e aprimoramento. Há também o receio de que o governo não tenha o traquejo necessário para evitar que a reforma seja substancialmente diluída. É sobre isso que pretendo tratar.

Bolsonaristas são um grupo heterogêneo dentro e fora do governo. Dentro há militares, ideólogos-religiosos e tecnocratas – mistura esquisita. Fora há ultraconservadores de direita, alguns religiosos outros não, gente que continua a ver fantasmas petistas por toda parte ainda que o partido esteja completamente desarticulado, e pessoas que simplesmente esperam do novo governo o necessário e urgente rumo para o País. Difícil achar muitos pontos em comum entre esses grupos, assim como é complicado encontrá-los dentro do governo. Dessas dificuldades e complicações surge, inevitavelmente, a necessidade de educar alguns – não todos – bolsonaristas.

Começamos pelos ministros. O do Turismo tentou intimidar a Folha de S. Paulo após revelações comprometedoras, mas a liminar do cala a boca foi derrubada pela Justiça. Eis um bolsonarista cuja educação veio diretamente de um dos três Poderes da República. O ministro da Educação tentou emplacar o mote de campanha de Bolsonaro na cartilha das escolas, a ser repetido pelos alunos como autômatos todos os dias. Também tentou forçar a barra para que crianças e professores fossem filmados no ato de cantar o Hino Nacional. Nada contra o Hino Nacional – apesar do positivismo retumbante de sua letra, considero nosso hino belíssimo.

O problema é filmar crianças e adultos para que o Ministério da Educação pudesse agir como um big brother orwelliano. Não emplacou. A sociedade se manifestou de várias formas, inclusive por meio das redes sociais, o atual quinto poder da República Bolsonarista. O MEC foi obrigado a recuar da ordem que descumpriria vários artigos da Constituição, conforme alertaram especialistas. O ministro ideólogo de Bolsonaro foi educado de forma rápida e contundente. O ministro do Meio Ambiente bem que tentou esvaziar as notícias sobre seus fictícios diplomas acadêmicos. O quinto poder não permitiu, dando-lhe educação exemplar. O ministro das Relações Exteriores, assanhado com a possibilidade de se aproximar dos EUA dando declarações estapafúrdias sobre a Venezuela e a Coreia do Norte foi velozmente desautorizado pelos generais – esse anda recebendo educação dia sim, outro também. Aguardamos o aprendizado de Ernesto.

Tudo isso e mais alguma coisa – porque sempre tem mais alguma coisa – aconteceu em momento crítico, quando as atenções deveriam estar voltadas para a reforma da Previdência. Não à toa, Rodrigo Maia soltou advertência: a má comunicação do governo e a desarticulação da base podem comprometer

A má comunicação do governo e a desarticulação da base podem comprometer seriamente a reforma

seriamente a reforma. Sobretudo se o País continuar a perder tempo com os devaneios

de alguns de seus Bolsonaroistas.

Nas redes sociais repete-se algo já visto na era petista. Em vez de as pessoas estarem concentradas em algum debate – bobo, raso, ou sério – sobre a reforma da Previdência, há profusão de xingamentos, intimidações, e até ameaças. Fui alvo disso recentemente. A educação dispensada não foi difícil. Afinal, em tempos de internet, certos Bolsonaroistas ou direitistas extremados assanhados podem até acreditar que são anônimos. Mas a internet é uma maravilha. Por lá, nada se perde e tudo se descobre, inclusive identidades de quem se acha protegido atrás de avatares e monitores de computador. O quinto poder da República, mais do que os outros, vale igualmente para todos.

Portanto, deixo o recado. Podemos perder todo o tempo do mundo educando os Bolsonaroistas que se acham os donos do Brasil – não são todos. Ou, podemos aprovar uma boa reforma da Previdência. Alea Jacta Est.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **Bombeiros e PMs querem regras próprias**

#### **Categorias não aceitam aumentar tempo de contribuição de 30 para 35 anos; professores também se mobilizam contra mudanças**

Menos de uma semana no Congresso, a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro já é alvo de pressão de categorias descontentes com as exigências que terão de cumprir para se aposentar caso o texto seja aprovado pelos parlamentares.

Um grupo de 20 deputados oriundos das polícias e corporações de bombeiros militares se opõe ao aumento do tempo de contribuição de 30 anos para 35 anos, exigência que deve ser seguida pelos militares das Forças Armadas. O governo anunciou que as regras dos PMs e dos bombeiros estariam atreladas às das Forças Armadas, cujo projeto deve ser enviado ao Congresso até o dia 20 de março. Também haveria aumento da contribuição previdenciária dos atuais 7,5% para 10,5%.

O grupo alega que as atividades policiais e dos bombeiros são totalmente diferentes das exercidas por integrantes das Forças Armadas e, por isso, devem ter um tratamento previdenciário diferente.

O deputado Coronel Tadeu (PSL-SP) disse ser contrário ao aumento da idade mínima para a aposentadoria dos policiais e bombeiros. “O que você acha de um senhor de 65 anos de idade portando uma arma, um colete, um cinturão, correndo atrás de um bandido com fuzil? Vigor físico não bate”, afirmou o deputado.

O Capitão Augusto (PR-SP) afirmou que a bancada ainda vai discutir com a equipe econômica como ficarão as regras para as duas categorias. “Já estamos no limite.”

Educação. Já os professores conseguiram o apoio do PR, bancada de 38 deputados, que se manifestou contrário às mudanças nas regras para a aposentadoria da categoria. A proposta exige 60 anos para a idade mínima de homens e mulheres para professores, com no mínimo 30 anos de contribuição.

O partido quer manter as exigências atuais de tempo de contribuição de 25 anos para mulheres e 30 anos para homens, apenas estendendo aos professores do setor privado a



idade mínima de 50 anos para mulheres e 55 para homens, que já é cobrada no setor público. “Nossa posição é de apoio total ao magistério do nosso País”, afirmou o líder do partido na Câmara, deputado José Rocha (PRBA).

Trabalhadores rurais. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) debate as regras para aposentadoria dos trabalhadores rurais. O presidente da FPA, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), evitou cravar qual será a posição da bancada em relação à idade mínima de aposentadoria para trabalhadores rurais.

A proposta do governo é exigir 60 anos de homens e mulheres, no entanto, há dentro da bancada quem defenda uma diferenciação para as produtoras. Moreira avaliou que uma saída poderia ser um tempo de transição maior para as idades. “Tempo de transição relativiza qualquer coisa e pode ser negociado”, disse.

Entre os pontos que serão debatidos internamente pela frente estão as regras de aposentadoria rural e a proposta para acabar com a desoneração previdenciária sobre as exportações agrícolas. A FPA quer saber exatamente o impacto que essas medidas terão na economia esperada pelo governo com a reforma e também no setor do agronegócio.

Para Moreira, é preciso saber se medidas no âmbito administrativo podem render uma economia maior, como o combate à fraude na aposentadoria rural. “Temos pouca gente plantando e muita gente se aposentando como produtor e isso é uma medida administrativa”, afirmou o deputado.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS NA SALA DE AULA, MAS COM A CABEÇA NA STARTUP**

**Hoje, 37% dos alunos de faculdades de ponta miram carreira em startups; para especialistas, faculdades devem aprofundar tema**

ESPECIAL PARA O ESTADO

Esse é o destino de 37% dos alunos de faculdades de ponta, como Carolina Mendes.

Foi-se o tempo em que o sonho do universitário brasileiro era trabalhar em uma multinacional, de terno ou salto alto e um horizonte definido de carreira. Hoje, jovens começam a olhar para startups com outros olhos: 37% dos estudantes possuem interesse real de seguir carreira na área, seja abrindo ou trabalhando em uma empresa novata de tecnologia. Os números são de uma pesquisa recente encomendada pelo fundo de investimentos Canary, que tem entre seus apoiadores Mike Krieger, do Instagram, e David Vélez, do Nubank.

Feita pela startup Spry e divulgada exclusivamente ao Estado, a pesquisa ouviu 357 alunos de faculdades de ponta do País, como USP, Unicamp, PUC-RJ, Insper e FGV. O levantamento indica que 21,3% dos entrevistados querem montar uma startup, enquanto 23,2% desejam trabalhar em uma empresa do tipo. Segundo a pesquisa, os estudantes veem no empreendedorismo chances de carreiras com desenvolvimento profissional, aliado a bons salários e maior qualidade de vida.

O levantamento é o primeiro do gênero no País, mas está em linha com estatísticas recentes. Números de 2018 do Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedorismo (Sebrae) indicam que 36% dos jovens entre 18 e 34 anos buscavam informações sobre como abrir uma empresa ou já tinham negócios ativos – os dados, porém, incluem

empresas tradicionais e franquias.

Para especialistas, o percentual de 37% surpreende. “Não esperávamos um interesse tão grande”, comenta Marcos Toledo, cofundador do Canary. Para ele, casos de sucesso como 99, Nubank e iFood ajudam a impulsionar o interesse. Na visão de Gilberto Sarfati, coordenador do mestrado de gestão e competitividade da FGV, há evolução. “Há alguns anos, empreendedor era chamado de aventureiro. Agora, é uma opção real.”

Já Luís Gustavo Lima, sócio da aceleradora Ace, faz a ressalva de que essa é uma condição não tão ampla assim. “O número de jovens que almeja empreender é alto entre universidades de ponta, pois costumam ser estudantes de classe alta, com menos riscos a assumir”, diz. “Isso não ocorre com jovens das classes C, D e E, que não podem ‘não ligar’ para o salário.”

Brigadeiro. Um dos maiores “mitos de origem” do Vale do Silício é o do estudante que deixa a faculdade para criar um negócio inovador. Foi assim com Bill Gates, Steve Jobs e Mark Zuckerberg – este último

deixou Harvard após o Facebook receber um aporte de US\$ 500 mil de Peter Thiel, um dos pais do PayPal.

Aqui, o cenário é diferente: para conseguir capital para sua primeira startup, a paulistana Carolina Mendes vendeu brigadeiros nos corredores do Insper. “Foi assim que criei meu primeiro ‘fundo’ para a startup”, conta ela, que entrou em 2014 na faculdade para seguir a carreira da mãe no mercado financeiro.

Aos 22 anos, ela é cofundadora da LaPag, fintech que busca solucionar problemas de pagamentos em salões de beleza, com um sistema próprio de cobranças e que facilita o controle do caixa. “Eu ia nos salões e percebia problemas na hora de pagar”, diz. Desde sua criação, a LaPag já foi acelerada pela Visa e recebeu R\$ 1 milhão da própria Canary. “O bom de ser jovem é que há uma inquietude latente. Ter recebido informação sobre empreendedorismo na universidade ajudou muito a começar cedo”, diz Carolina.

Ela é uma exceção, porém: segundo dados da Associação Brasileira de Startups (ABStartups), mais de 75% dos fundadores de startups do País têm mais de 30 anos. Só 6% têm até 25 anos, período próximo ao do ensino superior. Além da necessidade de buscar experiência no mercado, pesa a falta de informação nas salas de aula.

Exemplo. “Eu nunca tinha ouvido o que era empreendedorismo até me formar”, diz Fernando Salaroli, presidente executivo da Spry, responsável pela pesquisa – ele se formou em Engenharia Civil na USP em 2013. Para ele, as universidades brasileiras precisam falar mais sobre startups, embora reconheça avanços na academia, como a criação de incubadoras próprias e a contratação de professores especializados.

Clayton Oliveira, de 26 anos, é outro que começou a empreender na faculdade. Ao contrário de Carolina, porém, ele só foi descobrir que queria abrir uma startup enquanto fez um intercâmbio na Europa. “Foi lá que descobri como era bom ter impacto na vida das pessoas”, conta Oliveira. De volta ao Brasil, ele decidiu trancar o curso de engenharia na Universidade Federal do ABC e abrir sua primeira startup – a Marmotex, delivery de refeições para clientes corporativos, que acabou sendo vendida.

Hoje, é presidente executivo da 99 Fórmulas, que liga pacientes com receitas de medicamentos a uma rede de farmácias de manipulação. A startup tem uma rede de 10 mil clientes e 35 estabelecimentos e promete remédios mais baratos. Oliveira, porém, é menos entusiasmado com o número de jovens interessados em startups. “Muita gente quer participar disso por estar na moda. Precisa ter perfil específico para participar da rotina e dos desafios de uma startup”, avalia. “Não basta só ensinar empreendedorismo, é preciso mostrar o que dá errado.”

“Há uma evolução. Há alguns anos, quem emprendia era chamado de aventureiro. Agora, se tornou uma opção real.” Gilberto Sarfati Coordenador do mestrado de gestão e competitividade da FGV

topo ↕

## O GLOBO - RJ - EDITORIAL

### MEC exorbita ao tentar usar escolas em propaganda

### Ministro Ricardo Vélez admite erro, numa ação que lembrou os aparelhos lulopetistas

O ministro da Educação, o professor Ricardo Vélez Rodríguez, filósofo de origem colombiana, sofre de surtos de incontinência verbal. Em menos de dois meses de poder, Vélez se notabiliza mais por comentários bizarros do que por sugestões de políticas na área educacional, uma das mais carentes na administração pública.

Já fez citação equivocada, em entrevista à “Veja”, do poeta e compositor Cazuzza, e precisou pedir desculpas à mãe dele, Lucinha Araújo; teve de fazer o mesmo ao dizer que o brasileiro viajando é um “canibal, rouba coisas do hotel (...), acha que sai de casa e pode carregar tudo”.

Acaba de voltar atrás em mais uma trapalhada, o envio de mensagem oficial para diretores de escolas, a fim de que fosse lida para alunos e funcionários na abertura do ano letivo. O texto traz, no fim, o lema da campanha eleitoral do seu chefe, presidente Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

Não basta pedir desculpas, reconhecer o erro. Não se pode passar uma borracha na gravidade da óbvia intenção de usar a máquina do Estado para fazer proselitismo político-eleitoral e ideológico. Ricardo Vélez repetiu, com sinal trocado, o comportamento de militantes do lulopetismo instalados em aparelhos na administração federal, nos governos Lula e Dilma.

Vélez, nas partes que compõem o governo Bolsonaro, está no grupo mais ideológico dele, em que se encontram a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, e o chanceler, Ernesto Araújo. Cada um deles já produziu excentricidades.

Ficou evidente a intenção do novo responsável pelo MEC de aproveitar a volta às aulas para infundir o conceito cívico de pátria e, de quebra, fazer uma louvação ao governo. Como se não houvesse objetivos de fato estratégicos a serem perseguidos pela educação brasileira.

A espécie de cerimônia cívica recomendada pelo MEC teria alunos e funcionários perfilados, ao som do Hino Nacional e com a bandeira pátria hasteada. Recorda roque acontece unas ditaduras é inexorável. Não apenas a militar, amais recente, mas também



a do Estado Novo, de Getúlio Vargas.

O objetivo propagandista do ministro não estava visível apenas no slogan da campanha que encerrava o texto, mas na ordem de que fossem feitas filmagens de alunos lendo o pequeno texto, que finaliza como lem a bolsonarista, e começa como enunciado :“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos (...)”. O material, sintomaticamente, seria enviado também para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência. As intenções de propaganda são nítidas.

Enquanto isso, o Brasil continua nas últimas colocações no teste internacional Pisa; precisa superar a crônica e grave crise do ensino médio, e executar o projeto, também essencial, do currículo único. Estas, entre outras do tipo, devem ser as preocupações do ministro Ricardo Veléz Rodríguez, não catequeses e conversões ideológicas.

topo ↕

**O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA**

**Ideia de Vélez ameaça liberdade e autonomia do ensino**

[oglobo.globo.com/blogs/mervalpereira](http://oglobo.globo.com/blogs/mervalpereira)

[merval@oglobo.com.br](mailto:merval@oglobo.com.br)

Está tudo errado na “sugestão” do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que as escolas coloquem seus alunos cantando o Hino Nacional, o que foi mantido ontem, apesar da polêmica que provocou. E indica que o governo que denuncia a partidarização das escolas no governo petista quer apenas trocar de partido.

Retirar o slogan político da campanha de Bolsonaro é o de menos, mas colocá-lo na mensagem oficial indica que o novo ministro da Educação tentou infiltrar nas escolas do país uma propaganda política do governo a que serve. Só não conseguiu porque seu abuso de poder foi denunciado.

Mandar pedir autorização dos pais para que seus filhos sejam filmados, também, é só uma questão de cumprir a legislação em vigor. Mas indica que o governo estava se preparando —e pelo visto continua com a ideia — para promover campanhas “educativas” utilizando-se dos alunos e professores. O problema maior é o subterfúgio usado para implementar uma promessa de campanha do presidente eleito.

Durante a campanha eleitoral, tanto Jair Bolsonaro quanto seus filhos prometeram que o Hino Nacional voltaria a ser cantado nas escolas brasileiras.

O Ministério da Educação (MEC) afirma que se trata de um “pedido de cumprimento voluntário” e que os diretores que quiserem seguir a recomendação do ministro devem ler a carta aos alunos no primeiro dia letivo deste ano.

Ora, para as escolas particulares, não haverá muito problema em recusar a “sugestão” do ministro. Mas, e as escolas públicas? Terão seus diretores segurança para recusar a proposta do ministro? Outra questão grave é a permissão dos pais para que seus filhos sejam filmados.

Não me parece uma solução, pois também nas escolas públicas do país a maioria dos pais se sentirá constrangida diante de um pedido da diretoria da escola. Especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Quem se recusar, qual garantia terá de que não será perseguido, do ponto de vista institucional, no caso dos diretores discordantes, ou do pessoal, no caso de constrangimento para assinar a autorização? E os alunos que se recusarem, que ambiente passarão a ter nas suas escolas?

O ministro Vélez Rodríguez diz, com razão, que cantar o Hino Nacional “não é constrangimento, é patriotismo”. Mas patriotismo só é imposto em governos autoritários. É um sentimento de pertencimento que move muitos cidadãos espontaneamente. Ninguém precisa mandar a torcida brasileira cantar o Hino Nacional, às vezes à capela. Estímulos oficiais pelo patriotismo podem levar a frases como a de Samuel Johnson, que dizia que “o patriotismo é o último refúgio do canalha”.

Uma sugestão dessas só poderia ser feita pelo MEC depois de ouvidas as entidades ligadas à educação, num ambiente institucional adequado, certamente o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Não se trata de concordar ou não com cantar o Hino, mas de uma orientação oficial que muda o cotidiano das escolas. A recomendação lembra o governo Vargas, que estimulava esse tipo de “patriotada”, ou a implantação das matérias Estudo de Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB), que se tornaram obrigatórias no currículo das séries dos hoje ensinos fundamental e médio em 1969, em substituição a Sociologia e Filosofia. Aliás, a volta dessas duas matérias está nos planos do novo governo. O Hino Nacional seria apenas o começo.

Mas, mesmo na ditadura, essas mudanças no currículo seguiram os trâmites legais, sendo aprovadas no Conselho Nacional de Educação. No governo Temer, em 2017, o Ministério da Educação decidiu promulgar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, com alcance para todos os alunos da educação básica no Brasil, depois de amplo debate no Conselho Nacional de Educação e também no Congresso Nacional.

É uma norma de Estado e, como disse na ocasião da sua aprovação o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), “deve ser implementado independentemente de quem esteja no governo federal ou estadual”. O mesmo Consed protestou contra a “sugestão” do ministro da Educação.

Segundo especialistas, é a autonomia e a liberdade do ensino que estão em jogo, e, sem isso, não existe aprendizado, existe controle mental, o que é bem grave do ponto de vista, inclusive, legal.

E as escolas públicas? Terão seus diretores segurança para recusar a proposta do ministro de cantar o Hino?

topo ↕

**O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**Recuo pela metade**

**Ministro retira slogan eleitoral de carta a escolas**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu que errou ao enviar carta às escolas com slogan da campanha de Bolsonaro, mas manteve o pedido para filmar as crianças cantando o Hino. O MPF viu 17 pontos a serem esclarecidos no documento, de três parágrafos.

Após a repercussão negativa da carta enviada às escolas do país em que o Ministério da Educação pede que os estudantes sejam gravados ouvindo o Hino Nacional e a leitura de um texto do titular da pasta com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez voltou atrás, disse “reconhecer o equívoco” e mudou o conteúdo da mensagem.

Na versão revisada, a principal modificação é a retirada do slogan eleitoral “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”, que não poderia ser usado em mensagens oficiais.

O pedido para que os alunos sejam filmados ouvindo o Hino Nacional permanece. Porém, na nova carta que as escolas públicas e privadas devem receber, há a orientação para que sejam filmados somente os estudantes que tiverem autorização de seus responsáveis.

Em audiência pública ontem na Comissão de Educação do Senado, Vélez admitiu o “engano”, mas repetiu o argumento de que a execução do Hino nas escolas valoriza os “símbolos nacionais”.

— Slogan de campanha foi um erro, já tirei (da carta), reconheci, um engano, tirei imediatamente — disse Vélez Rodríguez. — Cantar o Hino Nacional não é constrangimento (ilegal), é amor à pátria.

Questionado por senadores sobre a legalidade da gravação, o ministro defendeu que a autorização dos pais, que não era mencionada na carta, “constava como algo implícito dentro da lei”.

Hoje, Vélez Rodríguez terá que se explicar também ao Ministério Público Federal. Em um pedido enviado ao MEC na tarde de ontem, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o MPF, dá ao ministro 24 horas para justificar a elaboração da carta, que deve estar fundamentada nos “preceitos constitucionais e legais a que estão submetidos todos os agentes públicos”.

A procuradoria elencou 17 pontos a serem esclarecidos, que são artigos da Constituição ou do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre os principais está o artigo 5º da Constituição, que assegura a liberdade da manifestação do pensamento. Também são invioláveis, de acordo com o artigo, a intimidade e a imagem das pessoas. Entre as principais críticas expostas por opositores à carta do ministro está a exposição dos alunos em filmagens.

‘ILEGAL E IMORAL’

O documento também cita o artigo 37 da Constituição, segundo o qual a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem constarem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

O MPF também lembra que o ECA assegura o direito à liberdade, respeito e à dignidade das crianças e dos adolescentes como pessoas em processo de desenvolvimento e



sujeitos de direitos civis, humanos e sociais. Segundo a nota, o ECA também destaca a necessidade de preservar “valores, ideias e crenças”.

No início da tarde de ontem, deputados do PT e do PSOL protocolaram uma ação popular na Justiça Federal e entraram com uma representação contra Vélez na Procuradoria-Geral da República. Para a bancada da oposição, o ato do ministro é ilegal e imoral e ele poderia ser enquadrado nos crimes de improbidade administrativa e abuso de autoridade.

Já a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República, mencionada na carta de Vélez como órgão a que também deveriam se destinar os vídeos das escolas, afirmou ontem não ter sido avisada sobre a divulgação de seu endereço eletrônico no comunicado do Ministério da Educação.

O endereço de e-mail divulgado pelo MEC, é de responsabilidade do Secretário Especial de Comunicação, Floriano Barbosa, segundo o próprio site da Secom. Porém, segundo integrantes da secretaria, o órgão foi pego de “surpresa” pela carta da outra pasta. A Secom evitou comentar oficialmente o caso e disse que a responsabilidade pelo comunicado e seus desdobramentos eram do próprio Ministério da Educação.

Segundo nota do MEC divulgada ontem, “após o recebimento das gravações, será feita uma seleção das imagens com trechos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional para eventual uso institucional. A atividade faz parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais”.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**Em aula, professor da USP defende ditadura e ataca gays**

**Docente da Faculdade de Direito criticou esquerda e miscigenação racial**

[sociedade@oglobo.com.br](mailto:sociedade@oglobo.com.br)

SÃO PAULO

Na última segunda-feira, os alunos da disciplina Direito Administrativo Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP) receberam, das mãos do professor Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, um documento de 12 páginas datilografadas e rubricadas. Era a transcrição da aula inaugural que ele estava prestes a dar.

No texto, o professor defende a ditadura militar, ofende os partidários da esquerda, a quem classifica de “energúmenos”, e os LGBTIs, afirmando que casais não formados por homem e mulher são agrupamento de “tarados”. Gualazzi ainda louvou a “raiz europeia” da “nação brasileira”, criticou a miscigenação racial e declarou apoio ao presidente Jair Bolsonaro durante a aula.

O professor, de 72 anos de idade, já havia sido filmado por alunos fazendo uma defesa da ditadura militar em 2014, quando o golpe completou 50 anos. Naquela ocasião, numa aula cujo título foi “Continência a 1964”, ele afirmou que, então com 17 anos, ofereceu, “em silêncio firme”, seu apoio à “Revolução”, “decisão íntima de que sempre me orgulhei”.

Nesta segunda-feira, Gualazzi entregou as 12 páginas à medida que cada aluno assinava a lista de presença. No texto, após dar as boas-vindas à nova turma e lembrá-la de que,

em pouco mais de dois anos, será “atingido pela aposentadoria compulsória”, o professor esmiuçou os fundamentos de suas crenças políticas, os quais já havia mencionado em 2014: “a) aristocratismos; b) burguesismo; c) capitalismo; d) direitismo; e) euro-brasilidade( sic); f) família; g) individualismo; h) liberalismo; i) música erudita; j) pan-americanismo; k) propriedade privada; l) tradição judaico-cristã”.

Ao falar sobre suas posições ideológicas, Gualazzi chamou partidários da esquerda de “minorias antisociais (sic) de energúmenos”, “minorias de submundo que se recusa a trabalhar e produzir”, “escrófula da sociedade, manipulada inconscientemente por pilantras rubros”.

O Centro Acadêmico XI de Agosto publicou no Facebook uma nota de repúdio a Gualazzi e exigiu “posicionamento público da Faculdade de Direito da USP, bem como uma retratação” do professor.

Procuradas pelo GLOBO, a USP e sua Faculdade de Direito não se manifestaram. Já o professor afirmou que não tinha “nada para conversar com ninguém” e completou:

— Leia minha aula e seja muito feliz com ela.

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Vélez recua de pedido para uso de slogan de Bolsonaro

Geraldo Magela/Agência SenadoRicardo Vélez: ministro foi alvo de críticas em comissão do Senado Federal

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu ontem que errou ao enviar às escolas um controverso comunicado no qual orientava diretores a lerem para os alunos uma mensagem com o slogan de campanha a presidente de Jair Bolsonaro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6139705/velez-recua-de-pedido-para-uso-de-slogan-de-bolsonaro>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Secretários criticam MEC e MPF pede esclarecimento

A mensagem do Ministério da Educação (MEC) a escolas pedindo que os alunos entoem o hino nacional, com eventual filmagem do ato, veio acompanhada de reações incisivas de secretários estaduais e do Ministério Público Federal (MPF).

Do lado dos gestores educacionais das 27 unidades da federação, o tom frequentemente brando deu lugar a críticas. Em comunicado, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) afirma que a ação do MEC fere a autonomia escolar e dos entes federados e que o ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6139707/secretarios-criticam-mec-e-mpf-pede-esclarecimento>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

### Previdência militar irá como projeto de lei

O vice criticou o pedido do Ministério da Educação (MEC) para as escolas de todo o país gravarem alunos cantando o hino nacional e disse que "a forma" como o pedido foi feito "não ficou boa". No ofício, o MEC usou o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Ontem, o ministro da Educação, Ricardo Vélez, reconheceu o "erro".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6139721/previdencia-militar-ira-como-projeto-de-lei>

topo ↕

## DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

### Pernambuco não seguirá carta do Hino

#### Em nota divulgada ontem, Secretaria de Educação do estado criticou medida proposta pelo MEC, afirmando que ela fere autonomia da gestão nas escolas

Depois de o Ministério da Educação (MEC) enviar um comunicado recomendando que as escolas filmem as crianças "perfiladas diante da Bandeira do Brasil" cantando o Hino Nacional, a Secretaria de Educação e Esportes do estado declarou, em nota, que a medida proposta pelo MEC não será aplicada nas escolas da rede pública estadual de Pernambuco.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe) também se posicionou contra a orientação do Ministério da Educação e instruiu que os docentes que atuam no estado não acatem o pedido, pois ele "fere vários princípios, incluindo os do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)".

A Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco informou que "foi surpreendida com o envio da carta pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas". Destacou ainda que esse tema nunca foi tratado de maneira institucional. "Nosso entendimento é que esta ação do MEC fere a autonomia da gestão em nossas escolas, e especialmente a dos Entes da Federação", pontuou o órgão.

"O que o Brasil precisa, ao contrário de estimular disputas na Educação, é que a União, os Estados e os Municípios priorizem um verdadeiro pacto na busca pela aprendizagem das crianças e jovens brasileiros. Neste contexto, informamos a todos que esta medida proposta pelo MEC não terá aplicabilidade nas escolas da rede pública estadual", diz a nota da secretaria.

A vice-presidente do Sintepe, Valéria Silva, afirmou que a entidade representante dos professores do estado tem entendimento contrário ao do MEC sobre o assunto. "Beira o fascismo uma medida como essa. Entender e cantar o Hino Nacional é algo que já faz parte da rotina de muitas escolas. É um conteúdo, inclusive, que cai em provas de concursos, por exemplo. No entanto, o Ministério da Educação não deve solicitar que estudantes sejam filmados cantando o hino e, muito menos, falando o slogan da campanha do atual presidente", afirmou.

"Deviam pedir que enviássemos imagens da situação precária das escolas para, com isso, melhorar não só a infraestrutura delas, por meio de financiamentos, mas também investir na formação e valorização dos professores."

#### Repercussão

A medida do MEC provocou reações no meio educacional e entre pais de estudantes. O



Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) afirmou, em nota, que a ação fere não apenas a autonomia dos gestores, mas dos entes da Federação. O Movimento Escola sem Partido também criticou a medida nas redes sociais. Também em nota, o Movimento Todos pela Educação ressaltou que “são muitos os desafios a serem enfrentados e a carta do MEC pedindo às escolas para filmar os estudantes cantando o hino nacional está distante do que precisa ser foco na Educação. O compromisso deve ser em efetivar a aprendizagem das crianças”.

MP dá prazo de 24 horas para ministro se explicar

O Ministério Público Federal deu prazo de 24 horas para que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, apresente justificativa para a carta enviada às escolas em que pedia a filmagem de alunos perfilados cantando o Hino Nacional, após a repetição do slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro.

Rodríguez disse ontem que foi um “erro” e determinou a retirada do trecho em que pede a gravação das crianças e a inserção do slogan, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, ao final do e-mail. “Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais.

Evidentemente se alguma coisa for publicada será dentro da lei, com a autorização dos pais. Suiu hoje (falava de ontem, terça-feira) de circulação”, disse brevemente a jornalistas.

No pedido de esclarecimentos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) solicita que o Ministério da Educação apresente, em até 24 horas, “em razão da urgência que o caso requer” justificativa do ato administrativo praticado. De acordo com o órgão do MPF, a justificativa deve estar fundamentada nos preceitos constitucionais e legais a que estão submetidos todos os agentes públicos.

O ofício cita 17 preceitos constitucionais e legais que seriam desrespeitados com o recado do ministro. Entre eles o artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura às crianças e adolescentes o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

O estatuto reforça que o direito ao respeito consiste na preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, entre outros aspectos. Entre outras prerrogativas elencadas pela procuradoria, está o artigo 5 da Constituição Federal, que assegura ser livre a manifestação de pensamento e de que é inviolável a liberdade de consciência e de crença. A Procuradoria destaca que o artigo, em seu inciso 41, determina que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

topo ↕

**JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL**

**Ricardo Vélez faz mea culpa**

**Ministro admite ter errado ao pedir que escolas filmem crianças cantando hino: `Se alguma coisa for publicada, será dentro da lei, com autorização**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, reconheceu nessa terça-feira ter cometido um erro ao pedir que escolas filmassem crianças cantando o hino nacional, sem autorização dos pais, em uma mensagem que termina com o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro, "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!" "Percebi o erro. Tirei esta frase, tirei a parte correspondente a filmar crianças sem autorização dos

país.

Se alguma coisa for publicada, será dentro da lei, com autorização dos pais", disse Vélez após sair de uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Indagado sobre quando comunicou o recuo às escolas, disse apenas que "saiu de circulação "e, cercado por seguranças e assessores, não respondeu a nenhuma das perguntas feitas por jornalistas que o acompanharam durante o trajeto de alguns metros entre a presidência do Senado e o plenário da comissão de Educação, onde ele prestará esclarecimentos a senadores ainda nesta terça. Nessa segunda, o Ministério da Educação enviou a escolas do país uma carta em que pede para que alunos, professores e funcionários sejam colocados em fila para cantar o hino nacional em frente à bandeira do Brasil.

O documento também pede que o momento seja filmado e enviado ao novo governo. A mensagem é assinada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para quem a medida visa saudar "o Brasil dos novos tempos". "Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!", afirma a mensagem. No email, Vélez Rodríguez pede que a mensagem seja lida antes da execução do hino – o que faria com que diretores citassem também o slogan de campanha de Bolsonaro.

O músico mineiro Tavito, compositor de canções como Casa no Campo, morreu nessa terça-feira, em São Paulo, aos 71 anos. Ele fazia tratamento contra um câncer na língua. O cantor e compositor, cujo nome de batismo era Luís Otávio de Melo Carvalho, estreou na música em 1969, com a canção Terça-Feira, no Festival Universitário da TV Tupi. A música foi composta com Werther Moraes e Antonio Gil. Próximo ao grupo de músicos do Clube da Esquina, formou a banda Som Imaginário em 1979 para se apresentar com Milton Nascimento em seus shows. Além dele, faziam parte do grupo Wagner Tiso, Robertinho Silva, Luís Alves, Zé Rodrix, Frederyko e Laudir de Oliveira. Na canção Rua Ramallete, Tavito chegou a fazer referência ao movimento, ao cantar: "No muro do Sacré-Coeur, / De uniforme e olhar de rapina, / Nossos bailes no clube da esquina, / Quanta saudade!"

Casa no Campo, uma de suas composições mais famosas, feita com Zé Rodrix, fez sucesso na voz de Elis Regina. Ao longo da carreira, também produziu discos de nomes como Marcos Valle e Renato Teixeira. Criou ainda arranjos vocais para músicos como Roberto e Erasmo Carlos. Em 1965, foi convidado por Vinicius de Moraes para acompanhar suas apresentações em Belo Horizonte. No começo dos anos 1970, passou a atuar também no mercado publicitário, compondo jingles.

MEC informou por nota que nova carta será encaminhada para as escolas, sem o slogan do governo.

topo ↕

**JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES**

**Novo serviço de Educação Especial e Inclusiva é instituído**

**Primeira ação do Semeei será um diagnóstico institucional da realidade das escolas**

O Centro Municipal de Educação Inclusiva (Cemei) de Esteio passa a se chamar, agora, Serviço Municipal de Educação Especial e Inclusiva (Semeei). A sanção da lei que institui a nova estrutura responsável pela implantação da política de inclusão na rede

municipal foi assinada na última sexta-feira pelo prefeito e secretário municipal de Educação interino, Leonardo Pascoal, em uma cerimônia realizada na Escola Municipal de Educação Básica (Emeb) Oswaldo Aranha. Um dos diferenciais do Semeei será o foco de trabalho. A atuação do Cemei era limitado às crianças com deficiência. Agora, com a nova formatação, também será dada atenção a alunos com dificuldades ou transtornos de aprendizagem.

Além disso, os atendimentos clínicos que eram realizados na sede do então Cemei, localizado dentro da Secretaria Municipal de Educação (SME), passarão a ser encaminhados à rede da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Em relação às questões educacionais, as escolas municipais de Educação Infantil (Emei) e de Educação Básica (Emeb) serão assistidas por duplas de profissionais formadas por psicopedagogo institucional e psicólogo escolar ou fonoaudiólogo, que auxiliarão os professores e demais profissionais com assessoria, formação e interlocução entre as escolas, as famílias e as redes intersetoriais de apoio à inclusão.

"Não se trata apenas de uma mudança de letras. Este é um passo importante na política de Educação Inclusiva. Daremos sequência ao trabalho feito pelo Cemei mas em um formato diferente, ampliando o foco de trabalho, para atender os novos desafios. A realização em uma escola do ato que marca a criação do Semeei já simboliza o novo período do serviço, que será de proximidade com as instituições de ensino. Tenho certeza que o resultado desta ação vai influenciar na qualidade do ensino", apontou Pascoal.

A primeira ação do Semeei será um diagnóstico institucional da realidade de cada escola da rede, para que seja proposto um plano de trabalho específico. Nele, poderão ser incluídas ações como intervenção em reuniões pedagógicas, palestras, escutas individuais, entre outros recursos.

Entre os objetivos do serviço estão promover a melhoria da qualidade da aprendizagem e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) através de orientações de práticas e estratégias escolares; contribuir, em conjunto com os profissionais da escola, na identificação das situações que necessitem de acompanhamento clínico, para que sejam feitos os devidos encaminhamentos; promover ações de suporte aos profissionais da educação; e fomentar a integração de todos os protagonistas (professores, alunos, equipe e famílias) no processo de ensino-aprendizagem.

O deputado estadual Issur Koch, presente ao evento, lembrou de sua carreira como professor na Educação Inclusiva. "A inclusão representa um desafio diário, de enfrentar paradigmas, preconceitos, gente que não entende a necessidade desta demanda, entre outras dificuldades. O professor tem papel importante na conscientização das pessoas sobre a relevância da Educação Inclusiva. Assim, o Semeei certamente fará a diferença para a comunidade de Esteio", explicou.

O presidente da Câmara de Vereadores, Euclides Castro, também ressaltou os benefícios que o serviço pode proporcionar. "Este é um momento de valorização da Educação Inclusiva em nossa cidade. Se tudo o que estiver no planejamento do Semeei for seguido, quem vai ganhar são as crianças e famílias que precisam deste apoio", comentou. Também participaram da atividade as secretárias municipais de Cidadania, Trabalho e Empreendedorismo, Tatiana Tanara; de Saúde, Ana Boll; os vereadores



Fernanda Fernandes e Sandro Severo; além de integrantes da equipe do Semeei, de equipes diretivas das escolas e da secretaria municipal de Educação.

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS

### **Prefeituras aprovam reajuste para professores no Piauí**

O Procon, por meio de um procedimento administrativo, viabilizou junto à empresa Agespisa a regularização do abastecimento de água potável na comunidade Mata Velha, situada no povoado Santa Teresa, zona rural de Teresina. A audiência de conciliação foi presidida pelo coordenador-geral do Procon, o promotor de Justiça, Nivaldo Ribeiro, e ocorreu na sede do MPPI, na zona Leste da capital.

Apesar das dificuldades financeiras no início de ano, as Prefeituras piauienses já se articulam para cumprir o reajuste no salário dos professores, estabelecido por lei federal. Na terça-feira, 26 de fevereiro, seis líderes municipais sancionaram o aumento nas cidades de Cajueiro da Praia, Belém do Piauí, Isaías Coelho, Sussuapara, Joca Marques e São Julião.

O reajuste previsto é de 4,17%. Na semana passada, o aumento já havia sido sancionado em Teresina, abrangendo os salários para professor de primeiro e segundo ciclo, como também de pedagogos. Na capital, o reajuste teve efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2019 e entra em consonância com o disciplinado pela legislação federal, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica.

Cabe indicar que, desde o dia 01 de janeiro, o piso salarial do magistério foi fixado no montante de R\$ 2.557,74, segundo definiu o Ministério da Educação ainda no ano passado. Neste sentido, o valor corresponde ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal, jornada de 40 horas semanais. Esse formato para correção do piso salarial é utilizado desde o ano de 2010. (F.T.)

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

### **Que fatores determinam a qualidade de mestrados e doutorados?**

#### **A escolha da universidade tem papel fundamental e deve ser criteriosa; veja os principais pontos a serem observados**

Todos os anos, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

**Superior (Capes)** premia as melhores teses de doutorado por sua contribuição à ciência. Em 2018, foram 939 inscritos, de 143 instituições de ensino superior do Brasil. Na área de direito, a tese vencedora foi A Judicialização como Instrumento de Acesso à Saúde, do advogado e defensor público Ramiro Nóbrega Sant'ana, de 36 anos, aluno do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

A conquista de Sant'ana é resultado de anos de dedicação ao direito à saúde, um assunto que ocupa suas pesquisas e seu dia a dia desde a graduação. “É um tema que me fascina. É cativante porque tanto a pesquisa acadêmica quanto a prática profissional me levam a quebrar obstáculos para que os pacientes tenham acesso ao serviço de saúde”, afirma. E, somado ao seu empenho pessoal, para produzir a melhor tese de doutorado do ano, também foi essencial ter por trás uma universidade de alto padrão.

No entanto, para candidatos de mestrado e doutorado, a escolha da instituição nem

sempre é simples. Ao contrário, para desenvolver plenamente seus projetos e alcançar resultados promissores como o de Sant'ana, é preciso uma avaliação criteriosa. Veja a seguir os principais pontos que devem ser levados em conta:

## Credibilidade

Analisar o histórico da universidade na manutenção de um alto nível de ensino é, certamente, uma questão que faz diferença, trazendo confiança ao aluno. “Recebi da faculdade e de meu orientador, Arnaldo Godoy, todo o apoio e toda a liberdade para produzir. O UniCEUB também estabeleceu um alto grau de exigência e rigor na produção acadêmica, o que é essencial para a qualidade final do trabalho”, explica o novo doutor.

## Corpo docente reconhecido

Contar com professores experientes no mercado e que publicaram livros e estudos de referência em seus setores de atuação também é um diferencial, pois os alunos são orientados a produzir conhecimento dentro da área em que trabalham, de forma a conciliar teoria e prática. O UniCEUB, por exemplo, é responsável por mais de metade das publicações acadêmicas em direito na região Centro-Oeste. O corpo docente da instituição inclui ainda cinco ministros e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

## Padrão de excelência

Segundo o professor e coordenador de mestrado e doutorado em direito do UniCEUB, Marcelo Varella, entre os vários indicadores que atestam a qualidade do trabalho, um dos que merecem importância é o reconhecimento em prêmios e rankings. “Vencer o Prêmio **Capes** de Tese pressupõe que o curso tem qualidade, mas também temos um aluno que venceu um prêmio na França, o que indica que atingimos um padrão internacional”, diz.

O aluno em questão é o francês Julien Dellaux, cuja tese de doutorado O Mecanismo para a Conservação das Florestas Tropicais na Convenção sobre a Mudança do Clima foi premiada pela Universidade Paul Cézanne, em Marselha. “Além disso, somos a única instituição particular de ensino superior de Brasília a receber nota 5 no Índice Geral de Cursos, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)”, completa.

## Perfil pluridisciplinar

O ensino multidisciplinar – que, por um lado, habilita os alunos para a docência e a pesquisa e, por outro, enriquece a prática profissional – é mais um ponto que pode pesar na escolha, de acordo com o perfil do estudante. “Na área de arquitetura e urbanismo, por exemplo, temos disciplinas voltadas para a aplicação do conhecimento em campos da psicologia, da engenharia, do direito e da saúde”, exemplifica Eliete Pinho, coordenadora do mestrado em arquitetura e urbanismo do UniCEUB.

## Parcerias internacionais

Alguns centros de ensino oferecem também a possibilidade de cooperação educacional com universidades internacionais, que podem colaborar para o aprofundamento dos projetos de mestrado e doutorado. Por isso, é válido se informar se a instituição tem esse tipo de relação externa. “Nossos professores formam parcerias com universidades de diferentes partes do mundo, mantendo-se conectados com os principais centros de

conhecimento de suas áreas”, diz Pinho. A universidade realiza ainda uma série de seminários e palestras internacionais, com professores, pesquisadores e profissionais de ponta em seus países.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

**Como Mourão deixou os modos rudes de caserna para ganhar a opinião pública Mourão passou por intenso media training antes de assumir o governo. "Fomos até o limite de autoridade", diz oficial sobre treinamento**

Ao chegar eufórico ao gabinete de seu superior para revelar uma ideia que repentinamente lhe viera à cabeça, o tenente-coronel Alexandre Lara de Oliveira foi recebido com uma ducha de água fria. “Para que sua ideia serve?”, perguntou o superior, que, não vendo nada de útil para solução de problemas da caserna no brilhante lampejo, emendou: “Se sua ideia não serve para nada, então abandone”.

Oliveira aprendeu a lição. Nos últimos 12 anos, depois de ter deixado São Luiz Gonzaga, na fronteira com a Argentina, com a patente de capitão de cavalaria do Exército, o atual secretário de Imprensa do presidente Jair Bolsonaro mergulhou nos estudos para agregar à experiência militar graduações em jornalismo, publicidade, propaganda e marketing, com pós em gestão de crise. Como se vê, ferramentas imprescindíveis num governo que mal começou e já sofre baixas com potencial de estrago.

“Todo governo passa ou passará por crises”, diz ele, com a tranquilidade de quem, antes de aceitar o convite do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para assumir a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, foi um dos responsáveis pela mudança de imagem, postura e de conteúdo do surpreendente general Antônio Hamilton Mourão que emergiu em 2019.

Mourão em nada lembra o general afastado do Comando Militar do Sul em 2015 por incitar a tropa para um “despertar patriótico” contra o governo e por defender o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como alternativa de “descarte da incompetência, da má gestão e da corrupção”. Nem o general que, transferido à mesma época para uma função burocrática na Secretaria de Finanças do Exército, pregou um novo golpe militar para derrubar Michel Temer e acabou sendo obrigado, como punição derradeira na ativa, a vestir o pijama.

Pouca gente percebeu, mas nas últimas três semanas de 2018 um transformado Mourão frequentou discretamente o serviço de comunicação do Exército. Ao alvorecer e ao pôr do sol, Alexandre Lara de Oliveira, misto de jornalista, marqueteiro e militar, comandou sessões de media training com duração de 30 minutos, nas quais o general foi submetido a rigorosas sabinas, nas quais nenhum tema era tabu.

Das questões administrativas dos negócios de governo à política, o general foi provocado sobre tudo: Lula, PT, aborto, evangélicos, direita, esquerda, corrupção no governo, crises e, enfim, o que se tornará pauta jornalística obrigatória nos próximos quatro anos.

O general se deixou levar e não resmungou nem diante de temas e perguntas picantes, aquelas em que o assessor faz as vezes de advogado do diabo, colocando o assessorado contra a parede. “Fomos até o limite da autoridade”, conta Oliveira.



O treinamento aplicado a Mourão é baseado no entendimento de que, independentemente de ideologia, política e imprensa andam na mesma trilha. O político, segundo essa compreensão, precisa focar nas questões de Estado, entender a lógica da notícia, falar ou responder sempre com o que é mais importante, ou, no jargão profissional, o que dará um bom lide.

“O general Mourão é um homem preparado. Absorveu rapidamente o que interessava e passou a se expressar de forma mais produtiva no contato com a imprensa”, elogia Oliveira.

Disciplinado e aplicado, o general seguiu à risca um programa de treinamento em que a análise de temas e de cenários era baseada em três fases simples: introdução, desenvolvimento e conclusão, aplicáveis tanto em entrevistas quanto em palestras. “Ele aprendeu a entender o que os jornalistas buscam, que é o lide”, afirma Oliveira.

Professor de comunicação institucional em entidades estatais como o Ministério Público e Academia Nacional da Polícia Federal, sem se descuidar, naturalmente, do aperfeiçoamento nas artes militares, o tenente-coronel diz que Mourão absorveu com facilidade os objetivos do media training.

Uma dose de paciência aqui, outra ali, e logo nos primeiros dias de governo, no comando interino, Mourão se sentiu à vontade para falar com jornalistas, sem repetir tiradas como o conselho sobre as regras básicas que um homem deve seguir depois dos 60 anos: “Jamais despreze o banheiro; nunca desperdice uma ereção; em hipótese alguma confie num peido”, disse, numa conversa informal, em tom de brincadeira, mas devidamente registrada pelo repórter que traçou seu perfil na revista Piauí de dezembro do ano passado.

O Mourão de 2019 já dispensa o vocabulário golpista, o linguajar chulo e não envereda mais por declarações ofensivas, como quando afirmou num evento que “o brasileiro herdou a cultura de privilégio dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”.

O general adaptou-se com incrível rapidez às orientações dos marqueteiros verde-oliva. Os políticos em geral se surpreenderam com a metamorfose. Em vez do brucutu autoritário, o Mourão desse início de governo tem se revelado um democrata versátil, um político atencioso até com antigos adversários, ao ponto de parecer próximo às correntes progressistas achincalhadas sem trégua pelos seguidores do capitão.

Ao contrário do que disseram os integrantes do clã Bolsonaro, por exemplo, Mourão disse considerar graves as ameaças contra o ex-deputado Jean Wyllys, afirmou que é a mulher que deve tomar a decisão em caso de aborto, defendeu investigação sobre as suspeitas que pairam sobre o senador Flávio Bolsonaro e – “traição” suprema a quem costumava acordos com Israel e Estados Unidos – recebeu uma delegação palestina e se opôs ao alinhamento automático com qualquer país.

Fogo amigo

O “fogo amigo” não demorou e partiu de todos os lados: dos evangélicos, dos filhos do

presidente e dos principais pensadores de direita que fazem a cabeça dos Bolsonaro. A artilharia mais pesada partiu do guru do presidente, o filósofo Olavo de Carvalho. “Mourão, você não tem vergonha de puxar o saco desse Jean Wyllys e nada fazer em minha defesa?”, afirmou o filósofo num dos vídeos que costuma divulgar pela internet.

Carvalho disse ainda que, enquanto os israelenses socorriam vítimas da tragédia de Brumadinho, “o Mourão estava trocando beijinhos com a delegação palestina” e prometendo que a embaixada brasileira não será transferida para Jerusalém, como prometera Bolsonaro.

O general deu de ombros e, com desdém que está se tornando comum no novo layout, perguntou aos jornalistas que o abordaram quem se importava com as opiniões de Olavo de Carvalho, lembrando que o guru não poupou nem o general Augusto Heleno.

Indagado como o general reage nos bastidores às críticas de Carvalho, o conselheiro informal tão empoderado que indicou dois ministros, o da Educação e de Relações Exteriores, o tenente-coronel Oliveira foi buscar uma expressão na terra natal.

“Não se gasta pólvora com chimango”, disse, apressando-se a explicar que a frase era dele, e não do general. É um jeito de dizer que o adversário não vale uma briga. Na história dos conflitos rio-grandenses entre os velhos caudilhos, os chimangos sempre estiveram ao lado das forças militares governistas contra os maragatos, que eram oposição. Em vez de tiro de espingarda ou garrucha contra inimigos, que exigia pólvora, os maragatos usavam a arma branca, com frequência também na degola de adversários aprisionados.

O general Mourão tem sido uma espécie de maragato. Fruto de sua personalidade, e também do marketing verde-oliva, assumiu um papel de contraponto ao governo. Ainda no primeiro semestre deste ano, em data ainda não definida, visitará China, onde participará da reunião de cúpula dos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Maior parceiro comercial, a China ainda não esqueceu as ofensas de Bolsonaro, que mesmo depois de eleito tratou o gigante asiático como um predador que, em vez de comprar no Brasil, “quer comprar o Brasil”. A maior tarefa de Mourão no encontro será apaziguar as relações com a China.

## De Etchegoyen a Mourão

Oliveira vem debelando crises desde o governo Michel Temer, onde trabalhou como assessor do general Sérgio Etchegoyen no GSI. Encerrada a eleição, passou a assessorar diretamente o general Mourão, até ser chamado para a Secom em meados de janeiro, onde faz a interface entre o gabinete presidencial e jornalistas.

Sua tarefa agora é, entre outras demandas do dia a dia, ajudar o governo a aprovar a DRU (Desvinculação das Receitas da União), cujo engessamento restringe os investimentos a 6% do orçamento, as reformas da Previdência e tributária, e tentar mostrar à sociedade que o estamento militar que chegou ao poder com Bolsonaro, em analogia à metamorfose de Mourão, desvencilhou-se dos vínculos que marcaram as gerações ligadas à ditadura.

O coronel diz que os segmentos civis que ainda enxergam os militares com um pé nos anos de chumbo raciocinam “pelo retrovisor” e estão “45 anos atrasados no tempo”. Os que, às vésperas das eleições, pediam soluções radicais, como intervenção militar, segundo ele, fazem parte das mentes colonizadas, gente desencantada com a democracia e em busca de soluções radicais que não encontram mais espaço num mundo civilizado.

“O século 21 é o século do diálogo. Nas Forças Armadas não há mais intervencionista. Há, sim, legalistas e constitucionalistas”, garante Oliveira. Mesmo sem que tenha tido a intenção, é um recado a aliados do governo que, ávidos por “um corte radical e mais dramático”, pressionam ou criticam os militares por soluções mais radicais: “Não dá mais suíte”, alerta, usando linguagem jornalística.

Nesse sentido, afirma o oficial, Mourão atuará como um facilitador, exercendo funções de Estado sem ofuscar o papel do presidente da República, que, segundo afirma, será o formulador das políticas públicas. “O vice exercerá funções de Estado, mas é e será o segundo. Deve fidalguia ao presidente e atuará como facilitador”, garante.

Na mesa de Oliveira, no segundo andar do Palácio do Planalto, repousa o livro *As 48 leis do poder*, do americano Robert Greene, um manual sobre as estratégias de dissimulação e exercícios sobre a arte da política. Ele faz questão de citar a lei número 1 para exemplificar o que entende ser o papel do vice: “Não ofusque o brilho do mestre”, ou, numa interpretação livre, não tente brilhar mais que o sol.

## Mais militares na política

O novo Mourão, desconhecido do público até o início deste ano, não surpreendeu os colegas de farda que já o conheciam. “É o Mourão que conheço”, diz o general Girão, eleito deputado pelo PSL do Rio Grande do Norte no ano passado. Girão afirma que o vice está apenas expressando posições que já eram conhecidas na tropa. E garante que os militares aproveitarão o momento para aumentar a participação na política, desta vez pelo voto.

“Vocês perguntam, ele responde. O general Mourão vai colocando seu estilo. Tenho certeza que o presidente Bolsonaro não se incomoda com as divergências. Ele sabia que não estava se aliando a um personagem decorativo”, diz o senador Major Olímpio (PSL-SP), para quem os incomodados terão de se acostumar com vice que é ao mesmo tempo leal ao governo e livre para dizer o que pensa. “Ele é um homem capacitado e tem a legitimidade do voto. Não é uma indicação política”, afirma.

A crise que detonou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Gustavo Bebianno aumentou ainda mais o poder dos militares no governo Bolsonaro. Saiu deles a indicação do oitavo ministro militar a ocupar o primeiro escalão do governo, o general Floriano Peixoto Vieira Neto, que era o número 2 da pasta e agora assume definitivamente o lugar de Bebianno. General de três estrelas, Floriano Peixoto terá sob seu comando um militar de patente superior, Maynard Santa Rosa, que passa a ser o número 2 na Secretaria-Geral.

Ao exonerar Bebianno, o presidente sinaliza que o núcleo central do governo será formado pelo estamento militar e pelo clã familiar, com seus “três mosqueteiros” (o



vereador Carlos, o deputado Eduardo e o senador Flávio), que, na verdade, com Jair, são quatro. Cercado por militares, Bolsonaro ficou com um único civil no primeiro escalão, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, espremido por generais e coronéis em todos os andares do Palácio do Planalto, e fora dele, acossado pela Lava Jato.

## Grupo filosófico

Mourão, Heleno, Carlos Alberto Santos Cruz, da Secretaria de Governo, Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército até o final do governo Michel Temer, hoje o segundo no GSI, e Fernando de Azevedo e Silva, ministro da Defesa, fazem parte do “grupo filosófico” do governo.

São liderados pelo vice, autodenominado “escudo e espada” do presidente, e dão as cartas em todas as áreas da administração federal. Para completar o time, Bolsonaro nomeou como seu porta-voz um general da ativa, Otávio Santana do Rêgo Barros, que faz no briefing aos jornalistas com as formalidades e o semblante sisudo da caserna, quase o mesmo estilo grave com que Bolsonaro aparece nos vídeos que dispara pela internet.

O militarismo tornou-se uma força capilar de forte influência pelo país, ocupando todos os cargos de confiança de segundo e terceiro escalões nos estados, algo em torno de 7 mil postos no total. Seu domínio vai bem além de ministérios de peso, como Minas e Energia, Infraestrutura e Ciência e Tecnologia, comandados, respectivamente, pelo almirante de esquadra Bento Albuquerque, o tenente do Exército Tarcísio de Freitas e o tenente-coronel Marcos Pontes. A estratégia, conforme orientação de Mourão, é fechar as portas para a política tradicional e, de Brasília até a “ponta da linha”, colocar militares de confiança em todas as funções.

Na Educação, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez levou o coronel Ayrton Pereira Rippel para ser chefe de gabinete, e outros órgãos estratégicos, como Secretaria Executiva, Inep, FNDE e **Capex**, foram preenchidos por influência de militares próximos a Vélez, que antes de aceitar o cargo oferecido pelo presidente para atender seu guru, o filósofo Olavo de Carvalho, foi professor emérito da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

No Incra, por indicação de Santos Cruz, o presidente nomeou o general Jesus Corrêa, que definiu como meta o gerenciamento da reforma agrária e dos assentamentos rurais em todo o país com o objetivo explícito de alijar o MST das negociações. Segundo a missão repassada pelo Palácio do Planalto, o Incra cuidará também da demarcação de terras indígenas, atribuição que historicamente pertenceu à Funai e nunca esteve sob o guarda-chuva da autarquia. A mudança esvaziará as funções do general Franklimberg de Freitas, indicado pela ministra Damare Alves para voltar ao comando da Funai.

## No colo dos militares

O jornalista e cientista político Gaudêncio Torquato acha que as eleições de 2018 empurraram o poder para o colo dos militares. “Foi um ‘achado’ fantástico. Não caíram de paraquedas. O Mourão recebeu até a CUT e está se saindo muito bem, melhor até que Bolsonaro, que prefere a companhia dos filhos”, alfineta Torquato, especialista em militarismo. “Mourão e Heleno farão o contraponto e vão enfrentar os bolsões radicais

do próprio governo, como o ministro Ernesto Araújo [Relações Exteriores]. Eles se consolidam como poder moderador e escudo protetor do governo em caso de crise. A simples presença deles inibirá sugestões de alternativas fora da Constituição”, acredita Torquato.

O perfil do novo ministro da Secretaria-Geral, Floriano Peixoto (cujo nome é só um homônimo do “Marechal de Ferro”, que foi o primeiro vice e o segundo presidente da República), não deixa dúvidas de que, além dos tanques, coturnos e artilharia, há algo de novo no estamento. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), Floriano tem mestrado em ciências militares, doutorado em política, estratégia e alta administração nos Estados Unidos pela Command and General Staff College (CGSC).

É também especialista em relações com agências governamentais e ONGs em contextos nacionais e globais e instrutor em escolas militares de nível superior e foi chefe de operações do primeiro contingente brasileiro no Haiti. Entre 2009 e 2010, assumiu o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a Minustah, por onde passaram também os principais ministros militares de Bolsonaro.

O secretário de imprensa da Presidência, coronel Alexandre Lara de Oliveira, não acha apropriado se falar em militarização do governo federal. Segundo ele, Bolsonaro e Mourão sabem que há uma deficiência de quadros capacitados para a gestão pública no país e, fiéis às suas origens, foram buscar profissionais nas Forças Armadas, que é uma das poucas referências em educação formal.

“Infelizmente a educação do país não se desenvolveu de forma capilar. Hoje 45,9% da população não tem sequer o segundo grau. Fora as escolas como FGV e Instituto Rio Branco, apenas as Forças Armadas investiram continuamente na formação de quadros técnicos e intelectuais”, afirma. Oliveira lembra que, enquanto as faculdades investem em formação básica em áreas como informática e computação, as Forças Armadas foram além e se tornaram pioneiros na defesa cibernética.

Os militares se tornaram, sinal dos tempos, uma espécie de bússola que indicará o rumo do bolsonarismo. Hoje eles estão tanto no centro do governo quanto na reserva estratégica de uso restrito caso o projeto bolsonarista, por alguma razão, faça água. E, por mais que falem em democracia, ainda cultivam um gosto pelo secreto, como mostrou o decreto de Mourão – em seus dias de presidente interino – alterando a Lei de Acesso à Informação.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas interpreta Ernani Aguiar e Guinga em concerto gratuito no FMCB 6**

Desde 2004, o Festival de Música Contemporânea Brasileira (FMCB) acontece anualmente em Campinas, tendo como principal objetivo homenagear dois compositores brasileiros vivos a cada edição.

Festival de Música Contemporânea Brasileira homenageia Ernani Aguiar e Guinga Até o presente momento dez compositores já foram homenageados: Edmundo Villani-Côrtes e Ricardo Tacuchian, em 2014; Gilberto Mendes e Edino Krieger, em 2015; Ronaldo Miranda e Paulo Costa Lima, em 2016; Hermeto Pascoal e Edson Zampronha, em 2017; e Egberto Gismonti e Marisa Rezende, em 2018.

Ao longo da história do Festival as homenagens têm acontecido de diferentes formas, por meio de palestras, mesas-redondas, bate-papos, apresentações artísticas e concertos.

Entre as homenagens prestadas, uma das que mais emociona o público é a interpretação das obras dos homenageados pela Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (OSMC), uma das mais antigas e importantes orquestras do Brasil.

O evento ganha destaque e originalidade por contar com a participação dos compositores, os quais fazem comentários sobre o processo criativo das peças, proporcionando ao público maior afinidade acerca do repertório.

Em 2019 a Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas marca sua quinta participação consecutiva no FMCB interpretando obras dos compositores homenageados Ernani Aguiar e Guinga. Nesta sexta edição do FMCB, além de termos a regência de Ricardo Bologna, maestro conhecido por já ter dirigido algumas das principais orquestras brasileiras como a OSESP, a Filarmônica de Minas, a Sinfônica do Paraná, a da Bahia entre outras, veremos também o próprio Ernani Aguiar regendo uma de suas obras e Guinga interpretando algumas de suas peças acompanhados pela OSMC.

Além disso, os compositores farão os comentários sobre o processo criativo das peças, proporcionando ao público maior afinidade acerca do repertório.

O concerto tem entrada gratuita e os ingressos serão distribuídos na bilheteria do Teatro Castro Mendes uma hora antes do início da apresentação.

Anote na agenda e não perca esta oportunidade!

## SERVIÇO

Festival de Música Contemporânea Brasileira - FMCB 6

CONCERTO COM ERNANI AGUIAR, GUINGA

& ORQUESTRA SINFÔNICA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Teatro Municipal de Campinas José de Castro Mendes

30 de março de 2019, às 20h

Entrada gratuita, com retirada de ingressos (2 por pessoa) a partir das 19h

## SOBRE

Apresentado pela CPFL Energia e produzido pelo Grupo Sintonize, o sexto Festival de Música Contemporânea Brasileira é realizado por meio da Lei Rouanet, **Capes**/Paep e ProAC ICMS pelo Governo Federal, Ministérios da Cidadania e da Educação, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Com captação realizada via Incentiv.me, possui também patrocínio de Microgeo e FKB Válvulas e tem parcerias com Secretaria de Cultura de Campinas, Instituto CPFL, Unicamp, Proec, Instituto de Artes, OSMC e CRCV&B.

## MAIORES INFORMAÇÕES

[www.fmcb.com.br](http://www.fmcb.com.br)

[www.facebook.com/FestivaldeMusicaContemporaneaBrasileira](https://www.facebook.com/FestivaldeMusicaContemporaneaBrasileira)

[www.instagram.com/fmcbSP](https://www.instagram.com/fmcbSP)

[contato@fmcb.com.br](mailto:contato@fmcb.com.br)



ASSESSORIA DE IMPRENSA

Texto e Imagem / Jane Cruz

[jane@textoimagem.com.br](mailto:jane@textoimagem.com.br)

(11) 2146-0909

Website: <http://www.fmcb.com.br>

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **Aluno é obrigado a participar da execução do Hino Nacional? Tire suas dúvidas Crianças e adolescentes só podem ser filmados com autorização dos pais**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria "de circulação" a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que "precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

Tire suas dúvidas sobre as medidas anunciadas pelo MEC

As escolas precisam cumprir os pedidos do MEC de cantar o Hino Nacional, ler a carta do ministro e filmar as crianças (ou algumas delas)?

Não. Todas as escolas do País, públicas e privadas, têm autonomia e podem decidir se vão ou não aceitar o pedido do MEC.

Meu filho é obrigado a participar da cerimônia de execução de Hino Nacional, se a escola quiser cumprir o pedido?

Não. Se o Hino não fizer parte do projeto pedagógico da escola, a criança não precisa participar, se essa for a vontade dos pais.

O que devo fazer se não quero que meu filho seja filmado?

As crianças e adolescentes só podem ser filmados com autorização dos pais, preferencialmente por escrito, e com a clara descrição de como e onde a imagem será usada. Pais que não assinarem a autorização não deverão ter seus filhos filmados.

Se já dei uma autorização para escola de uso de imagem, quer dizer que o governo pode usar a gravação feita do meu filho?

Não. As autorizações em geral são para uso de comunicação da escola. Para serem usadas pelo governo, os pais precisam assinar uma declaração específica para esse uso, caso contrário podem processar a escola e o MEC.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado, diz historiador**

**Boris Fausto vê encenações obscurantistas e afirma que recuo de Vélez Rodríguez é por pressão da sociedade**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria "de circulação" a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que "precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

Em entrevista ao Estado, Boris Fausto, historiador, cientista político e integrante da Academia Brasileira de Ciências, analisou as atitudes do ministro da Educação.

Como o senhor analisa a carta enviada pelo ministro da Educação às escolas?

O Brasil tem uma quantidade enorme de problemas educacionais, evasão, qualidade, formação de professores. Não faz o menor sentido um ministro da Educação, em vez de se preocupar com isso, lançar-se a encenações obscurantistas. É triste, lamento que tenhamos um ministro tão atrasado como o senhor Vélez.

Qual a sua opinião sobre cantar o Hino Nacional nas escolas?

O Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado. Tem de ser usado em situações solenes, até para valorizá-lo. O sentido patrioteiro agora, de propaganda, é o mesmo do regime militar. Ele não pode ser um instrumento partidário governamental na escola.

E como analisa o recuo do ministro?

É positivo, mas não é recuo nas convicções, é um recuo por pressão da imprensa, da sociedade. Do jeito que o ministério está, estamos regredindo um século.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**‘Fere autonomia das escolas’, diz governo do AP sobre pedido do MEC para filmar alunos cantando Hino Nacional**

**Ministério enviou carta às escolas determinando a leitura de um texto do ministro Ricardo Vélez, e orientando a filmagem das crianças.**

A Secretaria de Estado da Educação do Amapá (Seed) avalia como uma afronta a autonomia das escolas o pedido do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que alunos sejam filmados cantando o Hino Nacional. A Seed informou ter orientado os gestores escolares a não produzirem, mesmo que voluntariamente, imagens dos estudantes.

“A Seed avalia que a medida fere a autonomia das escolas e orienta que os gestores escolares não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos estudantes para fins alheios às atividades desta Secretaria”, manifestou o órgão, por meio de nota.

Hino em escola é obrigatório? Pode filmar? E ler slogan de campanha? Veja o que diz a lei sobre o pedido feito pelo ministro da Educação.

Na segunda-feira (25), uma carta enviada a escolas de todo o Brasil tem gerado polêmica. O teor da mensagem, encaminhada por e-mail às instituições, orientava aos

gestores a lerem a carta assinada pelo ministro e depois executassem o Hino Nacional, devendo a escola filmar as crianças durante o ato.

De acordo com o MEC, a carta do ministro tinha a seguinte mensagem:

“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

“Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!” foi slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

No Amapá, a Seed informou que tomou conhecimento da orientação transmitida pelo Ministério da Educação pela imprensa.

“Assim como outras Secretarias de Educação e o Conselho Nacional de Educação (Consed), o Amapá não foi consultado previamente a respeito do assunto”, diz o órgão.

Nesta terça-feira (26), o ministro reconheceu que errou ao pedir que as escolas filmassem as crianças, sem a autorização dos pais.

Em nota, o MEC informou: "A carta a ser lida foi devidamente revisada a pedido do ministro, após reconhecer o equívoco, tendo sido retirado o trecho também utilizado durante o período eleitoral".

De acordo com o comunicado, ainda nesta terça a versão atualizada vai ser encaminhada aos responsáveis pelas escolas para que leiam, de forma voluntária, no primeiro dia letivo deste ano.

topo 

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **MPF pede explicação a ministro da Educação sobre carta para escolas**

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou hoje (26) pedido de esclarecimento ao ministro da Educação, Ricardo Vélez, sobre mensagem enviada a escolas do país. A PFDC solicita que o MEC apresente, em até 24 horas, justificativa do ato administrativo com base “nos preceitos constitucionais e legais a que estão submetidos todos os agentes públicos”.

A mensagem enviada pelo MEC solicitava que uma carta do ministro fosse lida para estudantes, professores e demais funcionários, e que os alunos ficassem perfilados para cantar o Hino Nacional. Na mensagem, pede que um representante da escola filme as crianças durante o ato e que as imagens sejam enviadas ao ministério e à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

A carta continha o slogan utilizado na campanha do presidente Jair Bolsonaro – “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

Hoje (26), o MEC informou em nota que enviou uma nova mensagem às escolas, com uma carta sem o slogan de campanha. A pasta ressalta que o ato é voluntário, para as



escolas que quiserem aderir. O MEC diz ainda que as imagens serão utilizadas mediante autorização dos pais e responsáveis.

## Argumentos

De acordo com a procuradoria, a mensagem feriu o Artigo 5º da Constituição Federal, que assegura ser livre a manifestação do pensamento e que é inviolável a liberdade de consciência e de crença. “O mesmo artigo constitucional garante que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”, disse em nota.

O documento cita também Artigo 37 da Constituição Federal, segundo o qual a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A PFDC argumenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura à criança e ao adolescente o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

A Agência Brasil procurou o MEC, por e-mail, e aguarda manifestação.

topo 

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

**Oposição pede condenação de Bolsonaro e ministro por carta a escolas  
Ação popular movida por deputados do PT e PSOL aponta presidente como beneficiário de tentativa de promoção indevida de seu slogan eleitoral entre alunos**  
Parlamentares de PT e PSOL apresentaram, nesta terça-feira, 26, uma ação popular contra o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, na Justiça Federal de Brasília.

Presidente e ministro são acusados de violar a moralidade pública e o princípio da impessoalidade com o envio de um e-mail para escolas públicas e particulares de todo o Brasil orientando diretores a filmarem alunos cantando o hino nacional e a lerem uma carta que “saudava o Brasil dos novos tempos” e continha o slogan eleitoral da campanha de Bolsonaro em 2018, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Diante da repercussão negativa, o ministro recuou e afirmou que a inclusão da frase era um “equivoco”. A pasta, no entanto, manteve o pedido de execução do hino e de gravação das crianças cantando – só diz, agora, que esta deve ser autorizada pelos pais.

Na ação popular, os onze deputados, liderados por Paulo Pimenta (PT-RS) e Ivan Valente (PSOL-SP), pedem que Bolsonaro e Vélez respondam por violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por improbidade administrativa. Em liminar, pedem que a Justiça obrigue o ministro a “se abster de adotar qualquer ação que possa causar constrangimentos ou obrigações ao desamparo da lei, para professores e alunos das escolas públicas e privadas”.

Se condenados, Bolsonaro e Vélez podem ser obrigados a ressarcir a União por eventuais prejuízos ao erário causados pela edição e o envio da carta.

“Na verdade, o que seria ou deveria ser uma atividade inerente à função institucional do titular da pasta ministerial da Educação – a de informar, esclarecer e dar publicidade às atividades e políticas públicas do ministério – transfigurou-se, de um lado, num mecanismo de continuidade da campanha eleitoral do presidente da República (promoção pessoal deles) através de constrangimento de docentes e alunos e, de outro, numa tentativa de enaltecer uma nova ‘pátria’, escreveram.

Mais cedo, os deputados foram à Procuradoria-Geral da República (PGR) para apresentar uma manifestação para que a conduta de Vélez seja investigada pelo Ministério Público Federal. Segundo a coluna Radar, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão deu um prazo de 24 horas para que o ministro da Educação explique a mensagem às escolas.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **MPF pede explicação a ministro da Educação sobre carta para escolas De acordo com a procuradoria, a mensagem feriu o Artigo 5º da Constituição Federal, que assegura ser livre a manifestação do pensamento**

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou nesta terça-feira (26) pedido de esclarecimento ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, sobre mensagem enviada a escolas do país. A PFDC solicita que o MEC apresente, em até 24 horas, justificativa do ato administrativo com base "nos preceitos constitucionais e legais a que estão submetidos todos os agentes públicos".

A mensagem enviada pelo MEC solicitava que uma carta do ministro fosse lida para estudantes, professores e demais funcionários, e que os alunos ficassem perfilados para cantar o Hino Nacional. Na mensagem, pede que um representante da escola filme as crianças durante o ato e que as imagens sejam enviadas ao ministério e à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

A carta continha o slogan utilizado na campanha do presidente Jair Bolsonaro - “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

Hoje (26), o MEC informou em nota que enviou uma nova mensagem às escolas, com uma carta sem o slogan de campanha. A pasta ressalta que o ato é voluntário, para as escolas que quiserem aderir. O MEC diz ainda que as imagens serão utilizadas mediante autorização dos pais e responsáveis.

## Argumentos

De acordo com a procuradoria, a mensagem feriu o Artigo 5º da Constituição Federal, que assegura ser livre a manifestação do pensamento e que é inviolável a liberdade de consciência e de crença. "O mesmo artigo constitucional garante que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação", disse em nota.

O documento cita também Artigo 37 da Constituição Federal, segundo o qual a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar

nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A PFDC argumenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura à criança e ao adolescente o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

A Agência Brasil procurou o MEC, por e-mail, e aguarda manifestação.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Aluno é obrigado a participar da execução do Hino Nacional? Tire suas dúvidas** **Crianças e adolescentes só podem ser filmados com autorização dos pais**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria "de circulação" a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que "precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

As escolas precisam cumprir os pedidos do MEC de cantar o Hino Nacional, ler a carta do ministro e filmar as crianças (ou algumas delas)?

Não. Todas as escolas do País, públicas e privadas, têm autonomia e podem decidir se vão ou não aceitar o pedido do MEC.

Meu filho é obrigado a participar da cerimônia de execução de Hino Nacional, se a escola quiser cumprir o pedido?

Não. Se o Hino não fizer parte do projeto pedagógico da escola, a criança não precisa participar, se essa for a vontade dos pais.

O que devo fazer se não quero que meu filho seja filmado?

As crianças e adolescentes só podem ser filmados com autorização dos pais, preferencialmente por escrito, e com a clara descrição de como e onde a imagem será usada. Pais que não assinarem a autorização não deverão ter seus filhos filmados.

Se já dei uma autorização para escola de uso de imagem, quer dizer que o governo pode usar a gravação feita do meu filho?

Não. As autorizações em geral são para uso de comunicação da escola. Para serem usadas pelo governo, os pais precisam assinar uma declaração específica para esse uso, caso contrário podem processar a escola e o MEC.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

**Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado, diz historiador**  
**Boris Fausto vê encenações obscurantistas e afirma que recuo de Vélez Rodríguez é por pressão da sociedade**



O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria "de circulação" a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que "precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

Em entrevista ao Estado, Boris Fausto, historiador, cientista político e integrante da Academia Brasileira de Ciências, analisou as atitudes do ministro da Educação.

Como o senhor analisa a carta enviada pelo ministro da Educação às escolas?

O Brasil tem uma quantidade enorme de problemas educacionais, evasão, qualidade, formação de professores. Não faz o menor sentido um ministro da Educação, em vez de se preocupar com isso, lançar-se a encenações obscurantistas. É triste, lamento que tenhamos um ministro tão atrasado como o senhor Vélez.

Qual a sua opinião sobre cantar o Hino Nacional nas escolas?

O Hino é simbólico, mas não deve ser banalizado. Tem de ser usado em situações solenes, até para valorizá-lo. O sentido patrioteiro agora, de propaganda, é o mesmo do regime militar. Ele não pode ser um instrumento partidário governamental na escola.

E como analisa o recuo do ministro?

É positivo, mas não é recuo nas convicções, é um recuo por pressão da imprensa, da sociedade. Do jeito que o ministério está, estamos regredindo um século.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Mourão defende investigação sobre vazamentos da Receita**

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou nesta terça-feira, 26, que o vazamento da investigação da Receita Federal que atinge 134 agentes públicos pelo Fisco "tem que ser melhor investigado". "Precisa ser esclarecido se foi uma iniciativa dentro de um processo de investigação ou iniciativa própria de um auditor".

No início do mês, documentos da investigação da Equipe Especial de Programação de Combate a Fraudes Tributárias (EEP Fraude) foram vazados com o conteúdo de um dos investigados, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, além de sua esposa, Guiomar Feitosa.  
publicidade

Nesta segunda-feira, 25, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que a esposa do presidente do STF Dias Toffoli, Roberta Maria Rangel, além de uma ministra do Superior Tribunal de Justiça também estão incluídas nas investigações.

Durante discurso em São Paulo na posse da diretoria da Associação Brasileira de Materiais de Defesa e Segurança (Abinde), Mourão também opinou sobre a polêmica carta enviada por e-mail pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, às escolas das redes pública e privada, divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo no dia 25.

"A discussão (sobre a carta do MEC) está mal centrada. Buscamos resgatar o civismo. Infelizmente ao longo dos últimos tempos, se perdeu o respeito aos próprios símbolos pátrios. Agora, a forma como isso foi colocado não ficou boa".

No conteúdo da carta, o ministro solicitava a leitura de uma mensagem oficial, finalizada com o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro em 2018 e com o canto do hino nacional pelos alunos. Um vídeo com os alunos cantando enfileirados deveria ser enviado pela escola ao ministério.  
publicidade

Nesta terça, Rodríguez voltou atrás, retirando o slogan de campanha "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" do texto, que foi reenviado para escolas, com a explicação de que não se tratava de uma obrigatoriedade, mas sim de uma orientação do ministério.

Mourão também criticou a afirmação do líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo, a respeito do encaminhamento de uma reforma da previdência para os militares através de medida provisória: "Vi que o líder do governo andou falando isso. Ele pode mandar por medida provisória, mas será encaminhada como projeto de lei. São cinco leis a serem alteradas", disse.

Em relação aos conflitos na fronteira com a Venezuela, Mourão enfatizou que o Brasil não deve alterar a maneira como tem endereçado a questão. "Nossa posição na Venezuela é usar a diplomacia como método e as pressões políticas e econômicas necessárias até que o Sr Nicolas Maduro (presidente eleito do País) compreenda que é hora dele se retirar".

Sobre o líder da oposição, Juan Guaidó, ter se autoproclamado presidente, reconhecido inclusive pelo Brasil, Mourão disse que "a Constituição venezuelana permite isso".

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Sem internet, 30% das escolas do fundamental não podem enviar vídeo ao MEC**

Cerca de 30% das escolas de ensino fundamental de todo o país não conseguiriam atender à proposta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, de enviar ao governo vídeos dos alunos durante a execução do Hino Nacional. Por um motivo simples: não possuem internet.

O pedido, feito ontem pelo MEC (Ministério da Educação), gerou críticas por entidades e pais de alunos, que questionaram o estímulo à filmagem de menores --o que é proibido por lei. Hoje, o ministro divulgou uma versão atualizada da carta e afirmou que a publicação de qualquer vídeo só será feita mediante autorização dos pais.

Dados do Censo Escolar 2018, divulgado em janeiro deste ano, apontam que 30,4% das escolas de ensino fundamental não têm conexão com a internet, contra 69,6% das instituições que possuem acesso à rede.

O Censo Escolar é realizado anualmente pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão vinculado ao próprio MEC. Participam do levantamento todas as escolas públicas e privadas do país.

Segundo o Inep, foram analisados, em 2018, os dados de 128.371 estabelecimentos de ensino fundamental. Mais de 39 mil dessas escolas, portanto, não têm internet disponível.

Nas instituições privadas de ensino fundamental, a disponibilidade de internet chega a 96%. A pior taxa de acesso acontece nas redes municipais, onde a internet chega a apenas 55,9% das escolas.

Na carta enviada ontem a escolas de todo o país, o MEC solicitou que os vídeos cheguem por e-mail, especificando que o arquivo deve ter um tamanho de até 25 MB.

Quando se fala em internet banda larga, de maior velocidade, os indicadores são ainda piores. Segundo o censo, pouco mais da metade das escolas do fundamental (57,6%) têm acesso à banda larga, enquanto 42,4% não possuem esse tipo de recurso --o que corresponde a mais de 54 mil escolas.

O censo reuniu, além das escolas de ensino fundamental, os dados de 115.195 escolas de educação infantil e outras 28.673 instituições de ensino médio.

Nas escolas de ensino médio, a conectividade é maior do que nas escolas de ensino fundamental --tanto com a internet comum quanto com a banda larga.

De acordo com os dados do censo, 95,1% das escolas públicas e privadas desta etapa de ensino têm acesso à internet. Já a internet banda larga está presente em 84,9% das instituições de ensino médio.

## **DCI - SP - SÃO PAULO**

### **Itaú Social e IEA criam projeto para educação básica de SP**

O Itaú Social em parceria com o Instituto de Estudos Avançados (IEA), da Universidade de São Paulo (USP), anunciou a criação de uma cátedra de educação básica que visa fortalecer o preparo de professores do Ensino Básico (10 ano do Fundamental ao 30 ano do Ensino Médio) para viver a realidade das escolas da rede pública.

A iniciativa nasceu para tentar solucionar a formação acadêmica ruim de professores, o que acaba impactando diretamente na aprendizagem dos alunos, avalia a especialista em educação do Itaú Social, Juliana Yade.

"O despreparo de professores é resultado de fatores que incluem universidades pouco comprometidas com a qualidade do ensino daqueles que vão se graduar. Além disso, políticas públicas de regulamentação de cursos falhas, que não entregam o que os profissionais precisam", diz a especialista.

Ela explica que a maior parte dos cursos de graduação são desconectados com os reais desafios do cotidiano de um professor. O objetivo da cátedra é fazer com que os docentes que já estejam na ativa sintam mais confiança e trabalhem com maior eficiência, afirma Juliana.

A iniciativa também visa fazer uma aproximação entre os profissionais que atuam no ensino básico e dos que atuam no ensino superior. De acordo com a especialista, o principal objetivo é promover a troca de experiência entre os professores. Além disso, a



cátedra tem a intenção de fomentar a realização de pesquisas acadêmicas.

O projeto terá duração de cinco anos e vai contar com investimento total de R\$ 5 milhões, que será distribuído entre as diferentes atividades da iniciativa, como seminários, palestras e oficinas. Professores da rede municipal e da estadual podem participar do projeto.

Inicialmente, as atividades e encontros serão promovidos na sede da IEA, mas a intenção é que, a partir do ano que vem, as ações se espalhem por escolas e até mesmo por outros Estados, diz Juliana. Os interessados podem acessar o site da instituição para se inscreverem.

Segundo a especialista, o governo também tem feito esforços para melhorar a relação entre as universidades e as redes de ensino básico. Dentro de alguns anos, as medidas devem começar a surtir algum efeito na interação entre professores e alunos e destes como ambiente acadêmico.

## Educa SP

Um dos exemplos de ações tomadas pelo governo para melhorar a situação da educação no Estado é o programa Educa SP, anunciado na última sexta-feira (22) pelo governo. O projeto visa dar a experiência de frequentar uma universidade aos alunos do Ensino Médio.

O Estado ainda vai fazer o projeto-piloto do programa, com início em maio, e já nesta fase espera que 30 mil alunos façam atividades complementares em instituições de Ensino Superior públicas e privadas. Os estudantes vão frequentar cursos que, juntos, terão a duração de 200 horas, todos em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular.

As atividades serão elaboradas pelas próprias universidades e vão passar pela aprovação Secretaria Estadual de Educação. O objetivo é aumentar o interesse dos alunos em ingressar no ensino superior. Além disso, visa diminuir os índices de evasão e de abandono no Ensino Médio. Os certificados não vão substituir as aulas regulares.

Instituições vão investir R\$ 5 milhões em um programa que visa fortalecer o preparo de professores para enfrentar a realidade das escolas da rede pública

[topo](#)

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - CIDADES

### Crateús recebe campus da Uece

ENSINO O Município será beneficiado com um novo Campus da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Após reunião com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) e representantes das instituições estaduais de Ensino Superior, o governador Camilo Santana autorizou o reitor da Uece, Jackson Sampaio, a assinar o contrato para a construção do equipamento. A nova estrutura terá investimento de mais de R\$ 10 milhões. O processo de licitação para garantir o andamento das obras já foi realizado.

[topo](#)

## EXTRA - RJ - BRASIL

### Governo manda filmar crianças em escolas

## **Ministro da Educação orienta que seja lida carta para os alunos com slogan de Bolsonaro.**

Em mensagem oficial distribuída a redes de ensino, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pede que diretores de escolas públicas leiam para alunos e funcionários uma “carta de volta às aulas” que termina com o slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições do ano passado: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

A mensagem assinada por Vélez também orienta os diretores a filmarem os alunos durante a leitura da carta do ministro e enviarem ao Ministério da Educação (MEC) os vídeos. Os estudantes e servidores, segundo o ofício, devem ficar perfilados diante da bandeira do Brasil e cantarem o hino nacional.

Ao pedir os vídeos da ocasião, o ministro deu orientações para que sejam registrados “trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino nacional”. Em seguida, Vélez afirma que o arquivo deve ser enviado ao governo com dados da escola, como nome, cidade, número de alunos, de professores e de funcionários.

Após ser procurado para comentar, o MEC divulgou nota em seu site na qual afirma que a “atividade faz parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais”.

Questionada pelo EXTRA sobre o motivo de ter usado o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro em uma mensagem oficial do governo, a ser dirigida a estudantes e servidores, a pasta não respondeu.

topo ↕

### **FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES**

#### **UFRR terá projeto de ciências para mais de 120 alunas de RR**

##### **CIDADES**

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) está implantando o projeto “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, aprovado na chamada CNPq/MCTIC Nº 31/2018 e que vai beneficiar pelo menos 120 estudantes femininas do ensino médio de quatro escolas de Roraima: Tancredo Neves, Ayrton Senna, Gonçalves Dias e a Escola Indígena Manoel Horácio, do Município de Amajari. Serão selecionadas 30 estudantes de cada unidade, mas algumas da UFRR que serão convidadas.

Segundo a professora da UFRR Marcelle Alencar Urquiza, coordenadora do projeto em Roraima, o programa é voltado exclusivamente para estudantes mulheres e o objetivo é colaborar para o aumento da representatividade feminina nas ciências.

“O CNPq detectou a pouca presença de meninas nos cursos de ciências e tecnologia no Brasil, e para levarmos o estímulo à participação das estudantes de Roraima estamos oferecendo oficinas de robótica que discutem várias áreas, inclusive a física, eletricidade, computação e assim estimular estas estudantes a conhecer esse universo das ciências e ajudar a escolher o curso do vestibular”, disse.

Ela explicou que o grupo de iniciação científica e professores dos departamentos de Engenharia da Computação e Engenharia Elétrica e Física da UFRR estão montando a programação para capacitar as professoras de física das escolas participantes e duas alunas dos segundo e terceiro anos, de cada escola, que vão fazer iniciação científica júnior. As professoras e as alunas que serão capacitadas para trabalhar nas oficinas já

foram selecionadas e as alunas que vão participar das oficinas serão selecionadas no início do ano letivo da rede estadual de ensino.

“Quando começarmos as oficinas, estas professoras alunas vão ajudar na organização dos laboratórios e nas práticas das aulas”, disse. “As oficinas serão realizadas na UFRR e nos laboratórios de cada escola escolhida e a seleção das alunas será por histórico e currículo”, afirmou.

As oficinas serão iniciadas no mês de abril e acontecem no horário oposto ao das aulas, apenas duas vezes por mês até o fim do ano, de modo a não prejudicar o andamento da grade curricular.

“Neste período, haverá amostras de trabalhos, competições e dinâmicas em grupo. Mas estamos ainda elegendo o que se vai construir, se vão ser robôs, que protótipos, e para que fins serão estes conhecimentos”, disse.

Marcelle destaca que são muitos os obstáculos a serem enfrentados pelas mulheres no campo das ciências e lembrou que, conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), apenas 28% dos pesquisadores de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática do mundo são mulheres.

“É essa realidade que o CNPq pretende mudar e oferecer conhecimento na área de física para todas as alunas do ensino médio do País”, finalizou. (R.R)

topo ↕

## **GAZETA DO POVO – PR - BRASIL**

**MEC pede que escolas façam vídeos de crianças cantando o hino nacional**  
**A iniciativa foi criticada por representantes de escolas particulares. Em seu site, o governo informou que a atividade era facultativa e fazia parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais**

O Ministério da Educação (MEC) enviou nesta segunda-feira (25), para todas as escolas públicas e particulares do país, um e-mail pedindo para que as crianças fossem colocadas em fila diante da bandeira do Brasil para cantar o hino nacional. O órgão solicitou ainda que os diretores filmassem o momento e enviassem os vídeos para o governo.

O e-mail requisitava também que fosse lida uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

“Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional”, diz o corpo do e-mail.

“Solicita-se, por último, que um representante da escola filme (pode ser com celular) trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino nacional. E que, em seguida, envie o arquivo de vídeo (em tamanho menor do que 25 MB) com os dados da escola”, continua o texto.

A iniciativa foi criticada por representantes do setor, como Arthur Fonseca Filho, da



Associação Brasileira de Escolas Particulares (Abepar). Em entrevista para o jornal “O Estado de S. Paulo”, Arthur classificou o fato como “ilegal”. “O MEC não tem competência para pedir nada disso às escolas”, afirmou.

O MEC, em seu site, informou que a atividade era facultativa e fazia parte da “política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais”.

topo ↕

## JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

### Com 550 mil vagas, Fies divulga resultado

O resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi divulgado nessa segunda-feira na página do programa na internet. Ele pode também ser verificado nas instituições de ensino participantes. Ao todo, são ofertadas 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies. As duas modalidades têm apenas uma chamada.

Aqueles que forem pré-selecionados para a modalidade juro zero devem complementar suas informações no FiesSeleção, no endereço eletrônico <http://fies.mec.gov.br>, no período de hoje a 7 de março de 2019, para contratação do financiamento. Já os aprovados pelo P-Fies devem verificar os procedimentos com os agentes financeiros operadores de crédito e as instituições de ensino superior. Na modalidade juro zero, aqueles que não forem selecionados serão incluídos automaticamente na lista de espera. Esses estudantes devem acompanhar sua eventual pré-seleção de amanhã a 10 de abril, na internet. Na modalidade P-Fies não há lista de espera.

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. A modalidade de financiamento com juro zero é voltada para os estudantes com renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

O P-Fies é destinado aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes. Podem participar do programa os estudantes que fizeram o Enem, a partir da edição de 2010, e obtiveram nota média nas provas igual ou superior a 450. Além disso, não podem ter zerado a redação.

· A Petrobras pontuou que um plano de emergência foi acionado e que medidas de controle da situação foram tomadas, cessando o vazamento. · Permanecia desconhecida, até o fechamento desta edição, a causa do rompimento do mangote da plataforma P-58, que acabou provocando o vazamento de cerca de 260 mil litros de petróleo, lançados a 80 quilômetros da costa do Espírito Santo. · A região afetada é conhecida como Parque das Baleias, na parte capixaba da Bacia de Campos.

topo ↕

## METRO-DF - BRASIL

### E-mail. Em texto para abertura do ano letivo, ministro usa slogan da campanha de Bolsonaro à Presidência

O MEC (Ministério da Educação) enviou ontem um e-mail de saudações a escolas do país pela abertura do ano letivo, assinado pelo titular da pasta, ministro Ricardo Vélez Rodríguez. O texto fala em “saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável”, e se encerra com um slogan que ficou conhecido durante a recente eleição presidencial: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!” , do então candidato e hoje

presidente Jair Bolsonaro. Além da carta de saudações, o MEC encaminhou por e-mail instruções para o início das aulas. Uma delas é para que, após a leitura da carta do ministro, os estudantes, professores e funcionários fiquem perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e seja executado o Hino Nacional. Por fim, sugere que algum representante da escola filme, com celular, a leitura da carta e a execução do hino e envie o vídeo para o MEC. As orientações pegaram de surpresa algumas escolas de Porto Alegre, em especial as do ensino fundamental do município, que iniciarão as aulas em 13 de março. De primeira, diretores pensaram que se tratava de fake news. A Smed (Secretaria Municipal da Educação), que não recebeu o e-mail, recebeu questionamento de uma escola sobre o que fazer. Como o assunto mal tinha chegado ao conhecimento da Smed, a secretaria ainda não tinha uma orientação. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, porém, o diretor Airton de Oliveira Garcia já havia decidido: “Não vamos seguir a orientação”. Ele explica que a instituição realiza hora cívica, hasteia a bandeira e ensina o hino, “mas não a cabresto”. Garcia se indignou também com o slogan do presidente. “Não dá para aceitar. A escola é laica. Como fica quem não acredita em Deus?”.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - CIDADES**

### **MEC pede para que cantando o Hino**

### **PATRIOTISMO - Pedido é feito através de e-mail. O ministério solicita ainda que seja lida para os alunos uma carta do ministro Ricardo Rodríguez.**

O Ministério da Educação (MEC) mandou ontem, para todas as escolas do País, um e-mail pedindo que as crianças sejam perfiladas para cantar o hino nacional e que o momento seja gravado em vídeo e enviado para o governo.

O e-mail pede ainda que seja lida para elas uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan do governo “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.” “Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional”, diz o texto.

A carta foi enviada para escolas públicas e particulares do País. “Isso é ilegal, o MEC não tem competência para pedir nada disso às escolas”, diz o diretor da Associação Brasileira de Escolas Particulares (Abepar), Arthur Fonseca Filho. Diretores de escolas ficaram chocados com conteúdo da carta, principalmente porque pede para que as crianças sejam filmadas. Muitos chegaram a pensar que se tratava de fake news ou vírus em enviado por e-mail. “Solicita-se, por último, que um representante da escola filme (pode ser com celular) trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino nacional. E que, em seguida, envie o arquivo de vídeo (em tamanho menor do que 25 MB) com os dados da escola”, diz o corpo do e-mail. Fonseca Filho disse ainda que as escolas não têm autorização para enviar imagens de seus alunos para o governo.

Anexada, o MEC enviou uma carta assinada pelo ministro, que, segundo a recomendação, deveria ser lida aos estudantes. Procurada, a assessoria de imprensa do ministério informou que a carta é apenas uma recomendação e não uma ordem.

## **REAÇÕES**

O e-mail enviado pelo Ministério da Educação para as escolas de todo o País ganhou

repercussão entre educadores da capital paraense. Para alguns, é necessário se resgatar o civismo; para outros há o risco de autoritarismo. Para uma diretora de escola pública em Belém, que prefere não se identificar, “eu considero superválido o gesto do Ministério da Educação, tanto que para o planejamento da nossa escola para 2019 nós vamos implementar o civismo com maior ênfase”.

A gestora escolar adiantou que os alunos da escola aprenderão a interpretar a letra do Hino Nacional. “Não como decoreba, mas com a assimilação de seus significados”, completou. Já um professor, também de escola pública e que prefere não se identificar, lembrou que quando estudante de Ensino Fundamental em escola particular, costumava participar de cerimônias cívicas no estabelecimento de ensino. “Por um lado, essa iniciativa do MEC mostra-se interessante, de incentivar o civismo, o amor à Pátria; mas o que me preocupa é que isso pode aproximar a escola de um quartel, com o risco do autoritarismo, da falta de liberdade de expressão”.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - MERVAL PEREIRA**

### **Política de defesa**

Embora remota e improvável, E a possibilidade de um confronto militar na nossa vizinhança, trazida à tona pela crise da Venezuela, levanta questões importantes sobre o nosso sistema de defesa. Eduardo Brick, professor da Universidade Federal Fluminense, no momento atuando na Escola Superior de Guerra como docente do programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) e na criação do Centro de Capacitação em Aquisição de Defesa (CCAD), considera que a situação imediata não apresenta ameaça, mas, a longo prazo, precisamos mudar a visão do Estado sobre a política de defesa. Brick considera que o potencial econômico, tecnológico, industrial e militar do Brasil no seu conjunto é muito maior do que o da Venezuela. “O que está realmente em questão é o preparo da nossa defesa em médio e longo prazos, tendo em vista a evolução das tecnologias e da guerra”.

O professor considera que nossa estrutura atual é muito ineficiente, pois existem muitos militares e civis com autoridade sobre este problema, sem possibilidade de efetiva coordenação entre eles, e multiplicação de estruturas para tratar dos mesmos assuntos. Falta também capacitação profissional para tratar deste assunto, pois “a qualificação dos militares é precipuamente voltada para o combate, e não para a logística de defesa”. Como a capacidade militar demanda décadas de planejamento bem feito e detalhado, a situação já estava crítica muito antes da crise econômica. Capacidade militar, lembra ele, é a soma de capacidades operacional de combate, de inovação (CT&I), industrial e de gestão estratégica.

“O cenário geopolítico para o Brasil, pelo menos depois do desmantelamento da União Soviética e do acordo Brasil-Argentina para dirimir os atritos entre os dois países, tem sido indubitavelmente benéfico”. Portanto, ressalta Brick, são cerca de 30 anos (o período dos governos civis), que deveríamos ter aproveitado para fortalecer o que ele chama de Base Logística de Defesa (BLD), e não o fizemos. Brick diz que um bom indicador é o percentual do orçamento de defesa usado para aquisições de bens de capital e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ciência, tecnologia e informação (CT&I). “O ideal teria sido de 30% a 40 %, mas em raras ocasiões passamos dos 10%”.

No Brasil, ressalta Eduardo Brick, a BLD está desmembrada e, em grande parte,



subordinada às três Forças Armadas, com grande redundância de órgãos para cuidar dos mesmos problemas, que em grande parte não estão associados a uma Força apenas. Para o especialista, “bastaria uma única organização no âmbito do Ministério da Defesa”. Esta é a solução adotada pela maioria dos países, inclusive pela necessidade de maior eficiência em função das restrições orçamentárias. Nesses países (França, Reino Unido, Suécia, Austrália, Alemanha, Holanda, Canadá, Espanha, Índia entre outros), as funções de logística de defesa foram retiradas da subordinação das Forças Armadas e centralizadas em uma a duas instituições independentes, subordinadas ou não ao Ministério da Defesa. Adicionalmente, diz Eduardo Bricks, esse fatiamento das atividades de logística de defesa pelas três Forças Armadas (e também por outros ministérios, como Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia) impede que se tenha uma política industrial e tecnológica para a defesa.

Outro grave problema é a falta de massa crítica em termos de recursos humanos qualificados para setores cruciais como profissionais de aquisição, gestão de programas e projetos, análise de capacidades operacionais, planejamento, controle, auditoria, elaboração de requisitos e especificações de meios e tecnologias de defesa. “Seria preciso que houvesse carreiras de Estado para cuidar do desenvolvimento e sustentação de capacidade industrial e tecnológica específica para defesa”, sonha Eduardo Brick.

Num país em que a necessidade premente de corte de gastos obriga a uma reforma da Previdência para sinalizar uma atividade econômica sustentável a longo prazo, dificilmente haverá espaço orçamentário para a montagem de uma política de defesa como a sonhada por Brick. Mas ele insiste em que “o país precisa muito que este assunto entre na agenda do Congresso e da sociedade. É o nosso futuro como país moderno, desenvolvido e competitivo no cenário internacional que está em jogo”.

Merval Pereira

topo ↕

## O TEMPO - MG - GERAL

### Pautas nocivas

BRASÍLIA. Uma ação do governo brasileiro deve causar polêmica no meio estudantil e na sociedade como um todo.

O Ministério da Educação (MEC) mandou ontem para todas as escolas do país um e-mail pedindo que as crianças sejam perfiladas para cantar o Hino Nacional e que o momento seja gravado em vídeo e enviado para o governo.

O e-mail pede ainda que seja lida para elas uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan do governo “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.” “Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional”, diz uma parte do texto. Num outro trecho, o governo “sugere” a ação, que revoltou muitos docentes.

“Solicita-se, por último, que um representante da escola filme (pode ser com celular) trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino nacional. E que, em seguida, envie o arquivo de vídeo (em tamanho menor do que 25 MB) com os dados da escola”,

diz o corpo do e-mail.

A carta foi enviada para escolas públicas e particulares do país e apresenta a seguinte mensagem do ministro: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

REAÇÃO. “Isso é ilegal, o Ministério da Educação não tem competência para pedir nada disso às escolas”, disse o diretor da Associação Brasileira de Escolas Particulares (Abepar), Arthur Fonseca Filho. Diretores de escolas ficaram chocados com o conteúdo da carta, principalmente porque pede para que as crianças sejam filmadas. Muitos chegaram a pensar que se tratava de fake news ou vírus em enviado por e-mail. Procurada, a assessoria de imprensa do ministério informou que a carta é apenas uma recomendação, e não uma ordem.

Marxismo cultural.

Ricardo Vélez Rodríguez assumiu o cargo de ministro dizendo que combaterá o “marxismo cultural” e não permitirá “pautas nocivas” aos costumes.

topo ↕

## **ABC DO ABC - TEMPO REAL**

### **Univesp anuncia novas medidas para 2019**

#### **Início do ano letivo será marcado por ações que envolvem recursos digitais e humanos, voltados a aprimorar o método de ensino-aprendizagem da educação a distância paulista**

A secretária de Desenvolvimento Econômico (SDE), Patrícia Ellen e o presidente da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), professor Rodolfo Jardim de Azevedo, anunciaram ontem, segunda-feira, (25/02), novas medidas da Univesp para 2019, na sede da SDE, na capital paulista. Entre as ações foram destacadas a entrega dos diplomas digitais, por meio de parceria firmada com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP), seleção de bolsistas da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp), que atuarão como facilitadores, além do vestibular e acordo com Centro Paula Souza (CPS) para a alocação de tutores a distância.

Durante suas palavras, a secretária Patrícia Ellen ressaltou a importância da educação no desenvolvimento pessoal e profissional de cada cidadão. “Eu nasci no Campo Limpo e vi na minha história, e na trajetória da minha família, como a educação de qualidade e oportunidade de trabalho podem fazer a diferença na vida de uma pessoa, e muitas vezes na vida da família inteira. Por essa razão, fiquei tocada com a história da Univesp e peguei como um desafio pessoal me dedicar a universidade”, disse.

A cerimônia contou ainda com a entrega simbólica de dez diplomas a alunos das licenciaturas de Física, Química, Biologia e Matemática, que colaram grau no ano passado. “Hoje emitimos os 169 primeiros diplomas digitais via internet. Os documentos foram encaminhados aos alunos por e-mail. Entrei na Univesp há 32 dias, a questão do diploma foi uma das iniciativas prioritárias que demos encaminhamento”, falou.

Diploma Digital

Os diplomas dos concluintes da Univesp foram emitidos de forma efetiva e rápida. Os 169 alunos que colaram grau e os próximos formandos receberão seus diplomas via internet. Os profissionais da Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) preenchem todas as informações no Sistema Assina.SP, gerando o diploma que, em seguida, é assinado digitalmente pela coordenadora de registros acadêmicos, diretora acadêmica e presidente, autenticando a sua validade. Imediatamente, após o processo, o ex-aluno recebe um e-mail da imprensa oficial com um link para acesso ao documento, que pode ser impresso em qualquer impressora. De posse do diploma, também é possível recuperar o link por meio de um QR Code no verso, o que permite a verificação da autenticidade posteriormente. O diploma digital é reconhecido e normatizado pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE) e pelo Ministério da Educação (MEC).

## Seleção de Bolsistas

A Univesp firmou convênio com a USP, UNESP e Unicamp para divulgação de edital voltado à seleção de alunos de mestrado e doutorado das três universidades, interessados em participar do Programa “Formação Didático-Pedagógico para cursos na modalidade a distância”. Durante o período do Programa, com duração de seis meses, os estudantes atuarão como facilitadores virtuais nos cursos de graduação da Univesp e receberão bolsas de R\$ 1.500,00 e R\$ 2.200,00, equivalente ao fomento que a Capes oferece. Serão selecionados até mil bolsistas.

O objetivo é desenvolver habilidades relacionadas à prática didática-pedagógica do bolsista em cursos virtuais com a colaboração de um supervisor. Segundo o presidente da Univesp, a ação é essencial para difundir a modalidade a distância no Estado. “Os bolsistas atuarão diretamente na plataforma virtual. Todos possuem conhecimento em profundidade necessária para auxiliar nossos alunos nas disciplinas ofertadas”, explica.

Para participar do Programa, os bolsistas devem permanecer matriculados em cursos de pós-graduação das universidades, ter formação nas áreas relacionadas às disciplinas de graduação da Univesp e possuir disponibilidade de 12 horas semanais. A iniciativa faz parte de parceria com as instituições estaduais paulistas, iniciada na criação da Univesp, em 2012.

## Vestibular 2019

O vestibular encontra-se em planejamento pela Diretoria Acadêmica da Universidade. No momento é realizado um mapeamento da infraestrutura dos polos e demandas locais, com a finalidade de ofertar vagas que contribuam para o desenvolvimento regional e inclusão. Até o final do mês de março, serão divulgados os números de vagas e polos que participarão do processo seletivo. A ideia é que os alunos iniciem as aulas em agosto.

## CPS aloca tutores a distância para o Curso de Tecnologia em Gestão Pública

No mês de fevereiro, o Centro Paula Souza (CPS) alocou 80 professores, que atuam como tutores a distância do Curso de Tecnologia em Gestão Pública. Todos os profissionais são qualificados, com experiência comprovada na Educação a Distância e no Ensino Tecnológico.

Em 2018, em parceria com o CPS, a Univesp ofereceu 5 mil vagas para o curso (2.500 por semestre), que tem como objetivo formar o profissional para planejar, implementar,



supervisionar e avaliar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

O aluno tem acesso a inovadoras metodologias de gestão, baseadas nos princípios da administração pública. O curso é realizado em ambiente virtual de aprendizagem moderno, que garante a interação do estudante com o tutor, além de disponibilizar videoaulas, bibliotecas digitais e os conteúdos pedagógicos. Assim como ocorre nos cursos presenciais das Fatecs, o estudante será aluno de uma Fatec e, uma vez formado, receberá diploma de tecnólogo.

topo ↕

## **EMBRAPA - NOTÍCIAS**

### **Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro**

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013.

Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (CICY), no México.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos "Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras", liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d'Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett, considerado o maior especialista no gênero *Oecleus* Stål no mundo.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o

cientista francês, o artigo publicado na revista internacional *Zootaxa*, especializada em identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.

Pesquisadores do Cirad, França, e da Embrapa explicam a doença do amarelecimento letal do coqueiro (ALC)  
Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

“Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil”, conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus Stål*. Isso aumenta as suspeitas de que outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus Stål*, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da CICY, no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus Stål* capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

A doença

O amarelecimento letal do coqueiro é uma doença causada por um microrganismo do tipo fitoplasma que se dissemina por meio de insetos vetores, os quais se alimentam das folhas e do floema (seiva elaborada) de palmáceas, levando o agente causador de uma planta para outra.

Esse mal atinge coqueirais e palmeiras da África, Costa Atlântica, várias ilhas da América do Norte e Central e já se encontra no México e Honduras.

Quando o ALC acomete uma área, a paisagem muda em questão de meses. Os coqueirais afetados ficam, na fase final da doença, com os estipes (nome dado ao tronco do coqueiro) sem folhas, lembrando postes, e a imagem contrasta com os cartões postais de praias tropicais.

Milhões de palmeiras mortas no Caribe

A doença foi responsável pela morte de mais de sete milhões de palmeiras na Jamaica em 1980. Epidemias similares a essa ocorreram também em Cuba, Haiti, República Dominicana, Bahamas e Flórida. Em 1997 a doença chegou a Cozumel e Cancun, no México, e seguiu pela península de Yucatán até Honduras. Nos últimos 30 anos, cerca de 50% dos coqueiros da Flórida e 80% dos da Jamaica morreram em consequência do Amarelecimento Letal.

As plantas infectadas morrem em um período de três a seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas. Não existem tratamentos eficientes para o controle dessa doença.

De acordo com Michel Dollet, é impossível prever por onde ou quando a doença poderá chegar ao Brasil. "O Amarelecimento Letal pode chegar via América Central, Caribe ou diretamente da Flórida (EUA) ou de Moçambique, na África. Muitos focos são resultantes de importação sem controle que introduzem a doença e seu inseto vetor", explica.

#### Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível online desde 2015.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima –



após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira, com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença.

Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e [ouvidoria@agricultura.gov.br](mailto:ouvidoria@agricultura.gov.br).

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o País. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

## Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do CICY.

Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

Quarentenárias

Praga ou doença quarentenária é todo organismo de natureza animal ou vegetal, ou microrganismo que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta. A definição das pragas quarentenárias é coordenada pelo Mapa, que mantém uma lista atualizada de quarentenárias.

Esses organismos são geralmente exóticos e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, por meio do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

As pragas quarentenárias se agrupam em duas categorias: A1, as pragas exóticas não presentes no País; e A2, pragas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle.

Saulo Coelho (MTb 1065/SE)  
Embrapa Tabuleiros Costeiros

Contatos para a imprensa  
[tabuleiros-costeiros.imprensa@embrapa.br](mailto:tabuleiros-costeiros.imprensa@embrapa.br)  
Telefone: (79) 4009-1381

Mais informações sobre o tema  
Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)  
[www.embrapa.br/fale-conosco/sac/](http://www.embrapa.br/fale-conosco/sac/)

topo 

## GRUPO CULTIVAR - NOTÍCIAS

### **Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro**

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013.

Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o

Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (CICY), no México.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos "Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras", liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d'Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o cientista francês, o artigo publicado na revista internacional Zootaxa, especializada em identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.

## Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

"Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil", conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus* Stål. Isso aumenta as suspeitas de que



outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus Stål*, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da CICY, no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus Stål* capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

## Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível desde 2015 e pode ser acessada aqui.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima – após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

## O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira,

com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença.

Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e [ouvidoria@agricultura.gov.br](mailto:ouvidoria@agricultura.gov.br).

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o país. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

## Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do CICY.

Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

topo ↕

## **PÁGINA RURAL - NOTÍCIAS**

### **SE : descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro, destaca Embrapa**

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013.

Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (Cicy), no México.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos "Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras", liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d'Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett, considerado o maior especialista no gênero *Oecleus* Stål no mundo.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o cientista francês, o artigo publicado na revista internacional *Zootaxa*, especializada em identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.



## Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

“Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil”, conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus Stål*. Isso aumenta as suspeitas de que outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus Stål*, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da Cicy no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus Stål* capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

## A doença

O amarelecimento letal do coqueiro é uma doença causada por um microrganismo do tipo fitoplasma que se dissemina por meio de insetos vetores, os quais se alimentam das folhas e do floema (seiva elaborada) de palmáceas, levando o agente causador de uma planta para outra.

Esse mal atinge coqueirais e palmeiras da África, Costa Atlântica, várias ilhas da América do Norte e Central e já se encontra no México e Honduras.

Quando o ALC acomete uma área, a paisagem muda em questão de meses. Os coqueirais afetados ficam, na fase final da doença, com os estipes (nome dado ao tronco do coqueiro) sem folhas, lembrando postes, e a imagem contrasta com os cartões postais

de praias tropicais.

## Milhões de palmeiras mortas no Caribe

A doença foi responsável pela morte de mais de sete milhões de palmeiras na Jamaica em 1980. Epidemias similares a essa ocorreram também em Cuba, Haiti, República Dominicana, Bahamas e Flórida. Em 1997 a doença chegou a Cozumel e Cancun, no México, e seguiu pela península de Yucatán até Honduras. Nos últimos 30 anos, cerca de 50% dos coqueiros da Flórida e 80% dos da Jamaica morreram em consequência do Amarelecimento Letal.

As plantas infectadas morrem em um período de três a seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas. Não existem tratamentos eficientes para o controle dessa doença.

De acordo com Michel Dollet, é impossível prever por onde ou quando a doença poderá chegar ao Brasil. "O Amarelecimento Letal pode chegar via América Central, Caribe ou diretamente da Flórida (EUA) ou de Moçambique, na África. Muitos focos são resultantes de importação sem controle que introduzem a doença e seu inseto vetor", explica.

## Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível online desde 2015.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima – após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

## O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira, com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a

Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença.

Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e [ouvidoria@agricultura.gov.br](mailto:ouvidoria@agricultura.gov.br).

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o País. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

## Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do Cicy.

Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo



promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

## Quarentenárias

Praga ou doença quarentenária é todo organismo de natureza animal ou vegetal, ou microrganismo que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta. A definição das pragas quarentenárias é coordenada pelo Mapa, que mantém uma lista atualizada de quarentenárias.

Esses organismos são geralmente exóticos e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, por meio do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

As pragas quarentenárias se agrupam em duas categorias: A1, as pragas exóticas não presentes no País; e A2, pragas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle.

Fonte: Embrapa Tabuleiros Costeiros

topo 

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Governo de Pernambuco diz que não vai cumprir pedido do MEC sobre hino nacional**

### **Em e-mail, ministro solicitou que crianças fossem filmadas cantando o hino em escolas**

Após o Ministério da Educação encaminhar e-mail a escolas do país em que pede para que alunos, professores e funcionários sejam colocados em fila para cantar o hino nacional, o Governo de Pernambuco comunicou que a solicitação não será cumprida no estado.

“informamos a todos que esta medida proposta pelo MEC não terá aplicabilidade nas escolas da rede pública estadual”, informou a Secretaria de Educação e Esporte pernambucana em nota oficial.

O governo estadual diz que foi surpreendido pelo comunicado do MEC. “Nosso entendimento é que esta ação do MEC fere a autonomia da gestão em nossas escolas e, especialmente, a dos entes da federação”, diz o documento.

A nota diz ainda que não é necessário estimular disputas na educação. “O que o Brasil precisa é que a União, os estados e municípios priorizem um verdadeiro pacto na busca pela aprendizagem das crianças e jovens brasileiros”.

A mensagem, assinada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, também pede que o momento em que as crianças estejam cantando o hino seja filmado e enviado ao novo governo.

“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação

responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”, diz o texto.

A carta, enviada por email a diretores de escolas públicas e particulares do país, gerou reação de educadores. No email, Vélez Rodríguez pede que a mensagem seja lida antes da execução do hino —o que faria com que diretores citassem também o slogan de campanha de Bolsonaro.

O pedido foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmado pelo ministério em seguida.

Em nota, o ministério informa que a carta traz um pedido de “cumprimento voluntário” para o primeiro dia do ano letivo, o qual “faz parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais”.

“Para os diretores que desejarem atender voluntariamente o pedido do ministro, a mensagem também solicita que um representante da escola filme (com aparelho celular) trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino”, informa a pasta, em nota. O material deveria ser enviado para os setores de comunicação do MEC e da Presidência com “nome da escola, número de alunos, de professores e de funcionários”.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Pedido do MEC para escolas gravarem crianças cantando Hino Nacional vira meme**

**Na internet, vídeos mostram estudantes dançando ao som de funk e ironizam ministro da Educação**

RIO - O pedido do Ministério da Educação para que as escolas gravem seus alunos cantando o Hino Nacional, feito na segunda-feira, virou fonte de memes na manhã seguinte. Nesta terça-feira, já circulavam na internet vídeos fazendo piada com a carta enviada pelo ministro da Educação às escolas. Nela, Ricardo Vélez Rodríguez pede que diretores registrem em vídeo os alunos cantando o Hino Nacional, perfilados diante da bandeira do Brasil, e também que leiam uma carta de volta às aulas que termina com o slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

O pedido relacionado ao Hino Nacional, especificamente, motivou novos memes e também a volta de antigos, como um vídeo em que crianças e adolescentes aparecem com a mão no peito, de postura ereta olhando para frente como se vissem a bandeira. Tão logo terminam os primeiros acordes do Hino, as crianças começam os passos de um funk.

Em outro vídeo, a legenda anuncia: “Já tem o primeiro vídeo de uma escola cantando o hino nacional”. No que parece ser o pátio de uma escola, crianças com mochila entre policiais fardados dançam ao som de “Hoje eu vou parar na gaiola”, de MC Livinho.

Num outro registro, o Hino Nacional faz trilha para imagens de uma escola com carteiras quebradas e infiltrações por todos os lados. A água da chuva escorre pelas paredes, pelo quadro negro e alaga a sala de aula.

O rosto do ministro da Educação também já estampa memes, e há críticas que lembram dos problemas estruturais enfrentados por escolas públicas e das condições em que muitas vezes vivem os estudantes.

O pedido feito pelo MEC inclui ainda a solicitação para que os materiais registrados — tanto do momento do Hino Nacional quanto daquele da leitura do slogan de campanha eleitoral de Bolsonaro ("Brasil acima de tudo, Deus acima todos!") — sejam enviados para o governo federal em "trechos curtos". Questionada pelo GLOBO sobre o motivo de ter usado o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro em uma mensagem oficial do governo, a pasta não respondeu. O MEC também não informou quantos pedidos foram enviados.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Aproximadamente 15 mil alunos iniciam o ano letivo em São Carlos**

**Volta às aulas tem animação e acolhimento nas escolas; cerca de 1.400 professores estão nas salas de aula.**

O retorno das aulas foi animado nas escolas da rede municipal de ensino em São Carlos. O ano letivo começou no dia 5, para aproximadamente 15 mil alunos, 9 mil na educação infantil e 6 mil no ensino fundamental, nos 48 CEMEIS (Centros Municipais de Educação Infantil) e 9 EMEBS (Escolas Municipais de Educação Básica). Cerca de 1.400 professores estão nas salas de aula.

No CEMEI Dom Rui Serra, cerca de 200 crianças retornaram as aulas. Uma delas é o Joshua, de 4 anos, filho da professora Lívia Santana Pereira Campos, que veio de Sumaré. "Achei a escola muito atenciosa. Estou chegando à cidade e tive muita facilidade em realizar a matrícula e isso já é um diferencial. Espero um ano cheio de muito aprendizado", contou.

O acolhimento dos novos alunos foi realizado durante a semana. "Estamos aqui para passar segurança para os pais que estão chegando e também para os que já são nossos alunos. Mostramos que a primeira semana é mais complicado, as crianças às vezes choram, mas em pouco tempo, tudo estará funcionando normalmente", garante Thais Sigolli, diretora da Cemei Rui Dom Serra.

A turma de cinco anos era a mais animada da escola. "Eu quero saber sobre os fósseis", disparou Gabriel que também contou uma história. O Vinícius estava tão animado que não lembrava o que tinha feito durante a manhã. "Eu já falei. Estou tentado lembrar aqui de novo".

São Carlos está investindo mais do que o governo federal preconiza na educação. Em 2018, a Prefeitura de São Carlos investiu 27,75% do orçamento em educação

Para receber os alunos, ao longo dos meses de dezembro e janeiro, a Secretaria de Educação realizou a capinagem das áreas externas, retirada de inservíveis, além da troca de areia dos parquinhos e manutenção de portões, portas e janelas.

Vários processos licitatórios estão sendo homologados para melhorar a infraestrutura das escolas. São eletrodomésticos, entre eles 160 freezers (horizontal), 70 freezers (vertical), 140 aparelhos de televisão de tela plana (32 e 42 polegadas), 160 refrigeradores (frost free), 160 lavadoras de roupas, 80 secadoras de roupas, 100 fogões



de piso, 100 microondas, 100 liquidificadores, 100 purificadores de água refrigerado, 80 multiprocessadores de alimentos e 80 batedeiras. Também foi homologado o processo para a compra de 3 mil caminhas empilháveis para os 48 CEMEIS.

Em 2019, a previsão da Prefeitura de São Carlos é inaugurar mais duas escolas: no Planalto Verde e Jardim Araucária.

topo ↕

## **O DIA - RJ - TEMPO REAL**

### **Decisão do MEC fere autonomia dos colégios, diz órgão de secretários estaduais Movimento Escola sem Partido também criticou a medida nas redes sociais: fim da picada**

Brasília - O Ministério da Educação (MEC) enviou nesta segunda-feira para todas as escolas do país um e-mail pedindo que seja lida uma carta aos alunos, professores e funcionários com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos." O comunicado recomenda ainda que todos estejam "perfilados diante da Bandeira do Brasil" e seja tocado o Hino Nacional. Por último, pede que as escolas filmem as crianças nesse momento e enviem os vídeos ao governo.

A medida provocou reações no meio educacional e entre pais de estudantes. O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) disse, em nota, que a ação fere não apenas a autonomia dos gestores, mas dos entes da Federação. O Movimento Escola sem Partido também criticou a medida nas redes sociais.

"O ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária", disse o Consed. Para o órgão, o Brasil precisa, "ao contrário de estimular pequenas disputas ideológicas na Educação", priorizar a aprendizagem.

O Escola sem Partido, em publicação nas redes sociais, disse não ver problema no Hino ou na filmagem das crianças, mas na carta do MEC. "É o fim da picada". A entidade defende combater uma suposta doutrinação por parte de professores em sala de aula - uma das bandeiras de Jair Bolsonaro.

Segundo o diretor de Políticas Educacionais do Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho, mesmo que o pedido tenha caráter voluntário, é uma ação "sem precedentes no passado recente brasileiro". O que essa ação reforça, para ele, é que o MEC caminha no sentido contrário do que precisa ser foco. "É desvio do que é essencial. O MEC tem se silenciado até aqui a respeito de temas urgentes."

Para ele, a pasta deveria aproveitar o início do governo para propor políticas capazes de melhorar a aprendizagem, como tornar a carreira docente mais atrativa, discutir fundos para a área e implementar a Base Nacional Comum Curricular, que define o que deve ser aprendido em cada etapa escolar.

## **Famílias**

A cineasta Mariana Vieira Elek, de 31 anos, diz que ficou chocada ao saber do e-mail enviado para a escola onde estudam seus dois filhos. "É um absurdo a alusão à religião no fim do texto. Respeito a religião dos outros e gostaria de ser respeitada." Também criticou a possibilidade de seus filhos serem filmados sem autorização e a execução do Hino Nacional sem que as crianças entendessem a razão de estarem cantando.

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**“Ministro, contrate um assessor jurídico”, diz Janaina sobre e-mail do MEC  
"Não se pode sair filmando as crianças (isso vale para os amantes de face, insta, etc)", disse a deputada do PSL**

São Paulo – A deputada estadual eleita Janaina Paschoal (PSL-SP) criticou o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pelo envio de e-mail a escolas de todo o País com orientação para que alunos fossem filmados cantando o hino nacional.

“Ministro, contrate urgentemente um assessor jurídico, especialista em ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)”, escreveu Janaina nesta terça no Twitter. “Não se pode sair filmando as crianças (isso vale para os amantes de face, insta, etc). Ademais, primeiro realize algo concreto e os elogios virão naturalmente.”

Ao rebater comentários de que o e-mail poderia se configurar como um crime de responsabilidade, como a acusação que fundamentou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) e da qual Janaina foi coautora, ela diz que a mensagem enviada pelo MEC é “surreal”.

“Estou me divertindo, vendo a moçada, que vive bradando que o impeachment (de Dilma) foi golpe, tentar transformar um e-mail do Ministro da Educação em crime de responsabilidade. É verdade que o e-mail foi surreal, mas esse pessoal não enxerga o ridículo da desproporção das próprias reações.”

Como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, no e-mail enviado às escolas, a carta assinada pelo ministro termina com o slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

“Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional”, diz a mensagem.

Gilmar Mendes

Janaina também comentou as investigações da Operação Lava Jato no Rio, que colocaram o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, como alvo em apuração da Receita que mira ao todo 134 agentes públicos. O procedimento atingiu a mulher do presidente do STF, Dias Toffoli, e a ministra do Superior Tribunal de Justiça Isabel Gallotti.

Em entrevista à rádio BandNews, o ministro afirmou ter sido alvo de “arapongagem” (espionagem) a pedido de procuradores da República e juízes. O jornal Folha de S.Paulo informou que Mendes teria dito: “Sou do Mato Grosso. Lá a gente lida com chantagista assim: é matar ou morrer”.

Para Janaina, a situação é grave. “Até agora, eu estava compreendendo as falas do Ministro Gilmar Mendes como retórica. No entanto, ele insiste em falar em chantagem, chega a falar em ‘matar ou morrer’, frente à chantagem. Considero a situação grave. Não estamos diante de um político, que muitas vezes exagera nas cores de suas falas. Estamos diante de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

A deputada cobra a abertura de inquérito e esclarecimentos por parte do ministro. “A Procuradoria Geral da República precisa iniciar um inquérito e chamar o ministro a depor. A situação é muito grave”, escreve. “(Ele) precisa ser claro: 1) Quem está sendo chantageado? 2) Por que um Ministro do STF está sendo chantageado? 3) Quem é o autor da chantagem? 4) Qual a exigência do chantagista? No lugar de investigar a investigação da Receita, é preciso apurar a chantagem.”

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Decisão do MEC fere autonomia dos colégios, diz órgão de secretários estaduais**

O Ministério da Educação (MEC) enviou nesta segunda-feira, 25, para todas as escolas do País um e-mail pedindo que seja lida uma carta aos alunos, professores e funcionários com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.” O comunicado recomenda ainda que todos estejam “perfilados diante da Bandeira do Brasil” e seja tocado o Hino Nacional. Por último, pede que as escolas filmem as crianças nesse momento e enviem os vídeos ao governo.

A medida provocou reações no meio educacional e entre pais de estudantes. O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) disse, em nota, que a ação fere não apenas a autonomia dos gestores, mas dos entes da Federação. O Movimento Escola sem Partido também criticou a medida nas redes sociais.

“O ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária”, disse o Consed. Para o órgão, o Brasil precisa, “ao contrário de estimular pequenas disputas ideológicas na Educação”, priorizar a aprendizagem.

O Escola sem Partido, em publicação nas redes sociais, disse não ver problema no Hino ou na filmagem das crianças, mas na carta do MEC. “É o fim da picada”. A entidade defende combater uma suposta doutrinação por parte de professores em sala de aula – uma das bandeiras de Jair Bolsonaro.

Segundo o diretor de Políticas Educacionais do Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho, mesmo que o pedido tenha caráter voluntário, é uma ação “sem precedentes no passado recente brasileiro”. O que essa ação reforça, para ele, é que o MEC caminha no sentido contrário do que precisa ser foco. “É desvio do que é essencial. O MEC tem se silenciado até aqui a respeito de temas urgentes.”

Para ele, a pasta deveria aproveitar o início do governo para propor políticas capazes de melhorar a aprendizagem, como tornar a carreira docente mais atrativa, discutir fundos para a área e implementar a Base Nacional Comum Curricular, que define o que deve ser aprendido em cada etapa escolar.

## **Famílias**

A cineasta Mariana Vieira Elek, de 31 anos, diz que ficou chocada ao saber do e-mail enviado para a escola onde estudam seus dois filhos. “É um absurdo a alusão à religião no fim do texto. Respeito a religião dos outros e gostaria de ser respeitada.” Também criticou a possibilidade de seus filhos serem filmados sem autorização e a execução do Hino Nacional sem que as crianças entendessem a razão de estarem cantando. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕



## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### ‘Ministro, contrate um assessor jurídico’, diz Janaina sobre e-mail do MEC

A deputada estadual eleita Janaina Paschoal (PSL-SP) criticou o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pelo envio de e-mail a escolas de todo o País com orientação para que alunos fossem filmados cantando o hino nacional.

“Ministro, contrate urgentemente um assessor jurídico, especialista em ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)”, escreveu Janaina nesta terça no Twitter. “Não se pode sair filmando as crianças (isso vale para os amantes de face, insta, etc). Ademais, primeiro realize algo concreto e os elogios virão naturalmente.”

Ao rebater comentários de que o e-mail poderia se configurar como um crime de responsabilidade, como a acusação que fundamentou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) e da qual Janaina foi coautora, ela diz que a mensagem enviada pelo MEC é “surreal”.

“Estou me divertindo, vendo a moçada, que vive bradando que o impeachment (de Dilma) foi golpe, tentar transformar um e-mail do Ministro da Educação em crime de responsabilidade. É verdade que o e-mail foi surreal, mas esse pessoal não enxerga o ridículo da desproporção das próprias reações.”

Como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, no e-mail enviado às escolas, a carta assinada pelo ministro termina com o slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

“Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional”, diz a mensagem.

Gilmar Mendes

Janaina também comentou as investigações da Operação Lava Jato no Rio, que colocaram o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, como alvo em apuração da Receita que mira ao todo 134 agentes públicos. O procedimento atingiu a mulher do presidente do STF, Dias Toffoli, e a ministra do Superior Tribunal de Justiça Isabel Gallotti.

Em entrevista à rádio BandNews, o ministro afirmou ter sido alvo de “arapongagem” (espionagem) a pedido de procuradores da República e juízes. O jornal Folha de S.Paulo informou que Mendes teria dito: “Sou do Mato Grosso. Lá a gente lida com chantageiro assim: é matar ou morrer”.

Para Janaina, a situação é grave. “Até agora, eu estava compreendendo as falas do Ministro Gilmar Mendes como retórica. No entanto, ele insiste em falar em chantagem, chega a falar em ‘matar ou morrer’, frente à chantagem. Considero a situação grave. Não estamos diante de um político, que muitas vezes exagera nas cores de suas falas. Estamos diante de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

A deputada cobra a abertura de inquérito e esclarecimentos por parte do ministro. “A Procuradoria Geral da República precisa iniciar um inquérito e chamar o ministro a depor. A situação é muito grave”, escreve. “(Ele) precisa ser claro: 1) Quem está sendo chantageado? 2) Por que um Ministro do STF está sendo chantageado? 3) Quem é o autor da chantagem? 4) Qual a exigência do chantagista? No lugar de investigar a investigação da Receita, é preciso apurar a chantagem.”

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Ministro, contrate um assessor jurídico, diz Janaina sobre e-mail do MEC

A deputada estadual eleita Janaina Paschoal (PSL-SP) criticou o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pelo envio de e-mail a escolas de todo o País com orientação para que alunos fossem filmados cantando o hino nacional.

"Ministro, contrate urgentemente um assessor jurídico, especialista em ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)", escreveu Janaina nesta terça no Twitter. "Não se pode sair filmando as crianças (isso vale para os amantes de face, insta, etc). Ademais, primeiro realize algo concreto e os elogios virão naturalmente."

Ao rebater comentários de que o e-mail poderia se configurar como um crime de responsabilidade, como a acusação que fundamentou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) e da qual Janaina foi coautora, ela diz que a mensagem enviada pelo MEC é "surreal".

"Estou me divertindo, vendo a moçada, que vive bradando que o impeachment (de Dilma) foi golpe, tentar transformar um e-mail do Ministro da Educação em crime de responsabilidade. É verdade que o e-mail foi surreal, mas esse pessoal não enxerga o ridículo da desproporção das próprias reações."

Como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, no e-mail enviado às escolas, a carta assinada pelo ministro termina com o slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos".

"Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional", diz a mensagem.

Gilmar Mendes

Janaina também comentou as investigações da Operação Lava Jato no Rio, que colocaram o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, como alvo em apuração da Receita que mira ao todo 134 agentes públicos. O procedimento atingiu a mulher do presidente do STF, Dias Toffoli, e a ministra do Superior Tribunal de Justiça Isabel Gallotti.

Em entrevista à rádio BandNews, o ministro afirmou ter sido alvo de "arapongagem" (espionagem) a pedido de procuradores da República e juízes. O jornal Folha de S.Paulo informou que Mendes teria dito: "Sou do Mato Grosso. Lá a gente lida com chantagista assim: é matar ou morrer".

Para Janaina, a situação é grave. "Até agora, eu estava compreendendo as falas do Ministro Gilmar Mendes como retórica. No entanto, ele insiste em falar em chantagem, chega a falar em matar ou morrer, frente à chantagem. Considero a situação grave. Não estamos diante de um político, que muitas vezes exagera nas cores de suas falas. Estamos diante de um Ministro do Supremo Tribunal Federal."

A deputada cobra a abertura de inquérito e esclarecimentos por parte do ministro. "A Procuradoria Geral da República precisa iniciar um inquérito e chamar o ministro a depor. A situação é muito grave", escreve. "(Ele) precisa ser claro: 1) Quem está sendo chantageado? 2) Por que um Ministro do STF está sendo chantageado? 3) Quem é o autor da chantagem? 4) Qual a exigência do chantagista? No lugar de investigar a investigação da Receita, é preciso apurar a chantagem."

